

2.

O surgimento de uma nova cidade

“Tendo aprovado o plano que me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do Meu Conselho, Official Mór, e Mordomo da Minha Imperial Casa, de arrendar a Minha Fazenda denominada “Córrego Secco” ao Major de Engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis anual, reservando um terreno suficiente para nelle se edificar um Palacio para Mim, com suas dependências e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser aforado a particulares, e assim como cem braças dum e outro lado da estrada geral, que corta aquella Fazenda, o qual deverá também ser aforado a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisíveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça:

Hei por bem authorisar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E, outrossim o Authoriso a fazer demarcar um terreno para nelle se edificar uma igreja com a invocação de S. Pedro de Alcantara, a qual terá uma superfície equivalente a quarenta braças quadradas, no lugar que mais convier aos visinhos e foreiros, do qual terreno lhes faço doação para este fim e para o cemitério da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito Mordomo que proceda aos ajustes e escripturas necessárias, n'estas conformidade, com as devidas cautelas e circumstancias de localidades, e outrossim que forneça a minhas espenças os vazos sagrados, e ornamentos para a sobredicta Igreja, logo que esteja em termos de n'ella se poder celebrar. – Paço da Boavista deseseis de março de 1843, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

*Dom Pedro II. Paulo Barbosa da Silva. – Conforme, Augusto Candido Xavier de Brito.*⁹³

Decreto Imperial n.155, de 16 de março de 1843.

2.1.

Aspectos da fundação de Petrópolis e de algumas de suas singularidades

Petrópolis foi criada pelo Decreto Imperial de número 155, a 16 de março de 1843. Elaborado pelo Mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, este documento foi apresentado Imperador D. Pedro II, então com dezoito anos, que o assinou em sua residência, no Paço da Boavista, Rio de Janeiro.

⁹³ TEIXEIRA FILHO, H. Carneiro Leão. *A Fundação de Petrópolis*. O Decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo ano – II,I In: *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, Petrópolis.1943, Vol.2, p.13.

Constava do decreto o arrendamento da fazenda do Córrego Seco à Koeler, além de estabelecer a reserva de três áreas de terra para a instalação do projeto. A primeira, um terreno para a edificação do Palácio do Imperador, com dependências e jardins. A segunda, uma área para implantar uma povoação com prazos a serem aforados a particulares, assim como a terceira, que reservava terrenos dos dois lados da pista da variante da Estrada Geral que cortava a fazenda com a mesma finalidade. Doava ainda SM D. Pedro II áreas para a construção de um cemitério e uma igreja sob a invocação de São Pedro de Alcântara, e para esta última os vasos sagrados e demais ornamentos.

Até então no Brasil, somente Nova Friburgo tivera sua origem a partir de um ato oficial, porém sem um plano para a cidade, e sem as condições de incentivo com que pode contar a cidade Imperial. Essa, desde seu início foi assistida, orientada e baseada em um plano pré-estabelecido, e em ações de políticos e de profissionais ligados ao Governo Imperial.

Petrópolis foi criada no final da primeira metade do século XIX, período em que as cidades europeias tinham como grande problema adaptarem-se aos inconvenientes da poluição e do crescimento urbano desordenado, decorrentes do então recente crescimento industrial.

Longe destas questões, a contemporânea Petrópolis nascia sem nada a ser adaptado ou corrigido. Criada por antecipação, bastava-lhe a prevenção de problemas futuros, buscando uma situação exemplar.

Sob este ponto de vista, os principais responsáveis por sua criação estavam livres para dar materialidade à idealização de seu sonho: o Imperador Dom Pedro II, o Mordomo Paulo Barbosa da Silva, o Visconde de Sepetiba Aureliano Coutinho (1800-1855)⁹⁴ e o Major Júlio Frederico Koeler. Se aos três primeiros coube determinar as formas políticas e administrativas da nova urbe⁹⁵, ao último, além disso, coube a decisão, que se saiba solitária, da concepção de seu plano urbano e de seu traçado.

⁹⁴ Aureliano Coutinho participou da construção da povoação quando se tornou presidente da Província do Rio de Janeiro. À época da fundação de Petrópolis o presidente da Província era Caldas Vianna.

⁹⁵ A expressão foi utilizada embora o termo 'urbanismo' só viesse a surgir em período posterior.

Koeler já havia dado demonstrações de sua capacidade técnica em trabalhos anteriores, com a chegada dos imigrantes do *Justine* em 1837. Isto o habilitou para que fosse indicado como profissional incumbido de planejar e construir o Palácio do Imperador e a Povoação de Petrópolis.

A transformação da Fazenda do Córrego Seco em Fazenda Imperial teve como principal articulador Paulo Barbosa da Silva⁹⁶, natural de Sabará, Minas Gerais, que havia assumido a condição de Mordomo em 1833.

Após o retorno de D. Pedro I à Portugal, José Bonifácio de Andrada e Silva permanecera por dois anos como tutor do jovem Pedro II. Foi substituído pelo Marquês de Itanhaém, que iniciou uma nova era no Paço Imperial, e fez a acertada escolha de Paulo Barbosa da Silva para a função de Mordomo da Casa Imperial⁹⁷. Na época da criação de Petrópolis, o Mordomo estava no auge de seu prestígio político. Foi dele a sugestão do nome Petrópolis: “Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei a cidade com esse nome no arquipélago e sendo o Imperador D. Pedro, julguei que lhe caberia bem o nome.”

⁹⁸ Mas, como ressalva a escritora Lilia Schwarcz havia uma ideia anterior de José Bonifácio, que em 1823 propôs a edificação de uma nova capital para o Império no interior do Brasil, a qual então deveria chamar-se Brasilea ou Petropole.⁹⁹

A respeito de Paulo Barbosa, define o historiador Américo Jacobina Lacombe: “...talentos, atividade, gosto e probidade são incontestáveis. O novo Mordomo, além de ser um hábil engenheiro e ter frequentado as escolas de aplicação de Paris, tinha servido ao corpo diplomático e visitado as cortes de Paris, Viena, Londres e S. Petersburgo.”¹⁰⁰

Durante o período imperial a função de um mordomo era relevante. Constituíam-se na principal autoridade da Casa Imperial, responsável por toda sua

⁹⁶ “O próprio fundador intelectual de Petrópolis, Paulo Barbosa da Silva, declara em letras do próprio punho: ‘Pelo decreto de 16 de março de 1843 *comecei a criar Petrópolis.*’” In: VASCONCELLOS, Francisco de. *Júlio Frederico Koeler, a Dura Conquista da Praia*. Petrópolis, 1994. p. 144.

⁹⁷ LACOMBE, 1939, p.50.

⁹⁸ LACOMBE, 1939, p.39 In : SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Companhia das Letras, SP. 1998 p. 232.

⁹⁹ Idem. “*Representação feita à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império em 1823*”.

¹⁰⁰ LACOMBE, 1939, p. 50.

administração, inclusive judicialmente. Ao Mordomo caberia, por exemplo, receber do tesouro público as dotações, alimentos e dotes dos reis e príncipes.¹⁰¹

Algumas razões de ordem estratégica para a criação de Petrópolis podem ter sido planejadas, ou ao menos antevistas, por Paulo Barbosa, um dos principais responsáveis, senão o principal, pela ideia e viabilização do projeto que criaria a cidade. A esse respeito, analisa o historiador Francisco de Vasconcellos:

“Era o ovo de Colombo! As terras serranas serviam como nenhuma outra, caindo pois o projeto da colônia / povoação como uma luva nos plano de Paulo Barbosa da Silva, sempre de olho nas receitas de seu amo e senhor. Na parceria com Júlio Koeler, o Mordomo matou vários coelhos em uma só porretada; fez crescer paulatinamente as rendas imperiais; atendeu a necessidade de mão de obra livre reclamada pela província fluminense na área de obras públicas [...]; ensinou a criação de uma colônia agrícola na serra acima; provocou o início de uma povoação que se desenvolveria pelos quarteirões nobres da concepção urbanística de Koeler e propiciou ao Imperador uma bela residência serrana de modo a poupá-lo dos rigores e insalubridade dos verões cariocas.”¹⁰²

O secretário e encarregado de negócios da França no Brasil, Conde Ney, assim se referiu durante a década de 1840: “A administração das terras imperiais ficou mais regular, as rendas aumentaram, e, sob este aspecto, só podemos aplaudir o modo como o senhor Barbosa desenvolve suas funções.”¹⁰³

Atuante, apesar de discreto, o Mordomo tinha por hábito reunir amigos e políticos em sua residência de campo em São Cristóvão, conhecida como Clube da Joana, nome do riacho que a travessava:

“O Conde Ney, por exemplo, em nota de 24 de março de 1844 ao governo de França, comentava que Paulo Barbosa havia se tornado procurador do Príncipe de Joinville e que era um dos homens mais influentes da corte. Disse que o Clube da Joana era sinônimo de poder e que ele funcionava na casa de campo de Paulo Barbosa da Silva, em São Cristóvão.”¹⁰⁴

¹⁰¹ AMBROZIO, 2013, p. 203, nota 131.

¹⁰² VASCONCELLOS, Francisco de. Op. Cit. *Tribuna de Petrópolis*, 26 de novembro de 2000, In: AMBROZIO, Júlio. *Petrópolis: o Presente e o Passado no Espaço Urbano: uma História Territorial*. Petrópolis, R.J., FAPEMIG, Escrita Fina, 2013, p.203.

¹⁰³ NEY, E. apud RANGEL, Alberto, “Paulo Barbosa”, *No Rolar do Tempo , opiniões e testemunhos respingados no arquivo do Orsay* – Paris, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1937, pp.172-177 (L’Administration des terres Imperiales fut plus régulière, les revenus em augmentèrent, et, sous ce rapport, on ne peut qu’applaudir à la manière dont M. Barboza remplissait ses fonctions.”) In: AMBROZIO, 2013, p. 203.

¹⁰⁴ VASCONCELLOS, Francisco. *Paulo Barbosa da Silva que tanto fez pela fundação de Petrópolis*. 2000, p.2.

Anos mais tarde, porém, *Clube da Joana* se tornaria um termo pejorativo, que comumente circulava entre seus opositores políticos.

Paulo Barbosa foi imprescindível para a solução de inúmeros problemas políticos e administrativos que inevitavelmente ocorreriam na criação da povoação, embora contasse para isso com o apoio de expoentes do governo Imperial, entre eles o Presidente da Província do Rio de Janeiro. Mas, seu prestígio não se estenderia por muito tempo. Por volta de 1846, foi ameaçado de morte por seus adversários políticos, e a partir daí seu apogeu político decairia. Afastou-se da Mordomia Imperial por nove anos, período em que foi enviado para Europa como representante do Brasil. Em seu retorno, em 1855, continuou a contar com a confiança do Imperador, e voltou à mordomia. Ali permaneceu até seu falecimento, em 1868, porém, nunca mais desfrutou da mesma força política. O Marquês de Paraná, seu adversário, então líder do cenário político, impediria que o Clube da Joanna “retornasse à tradição do tempo da regência e da maioria.”¹⁰⁵

Fato curioso é que, mesmo contando com a confiança e estima do Imperador D. Pedro II, que lhe concedia os mais altos cargos, jamais recebeu do monarca sequer um título. Não faltavam comendas à Paulo Barbosa¹⁰⁶, no entanto, nenhuma proveniente da iniciativa do Imperador. Especula-se que a causa estaria em antigas lembranças e ressentimentos do Imperador. Quando era ainda um jovem e pouco experiente monarca, época do apogeu do Clube da Joanna, “corria pelas ruas o dito: *Paulo Primeiro, Pedro Segundo.*”¹⁰⁷

Ao longo de toda sua implantação Petrópolis teve duas administrações: a Diretoria da Imperial Colônia, subordinada ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, e a Superintendência da Fazenda Imperial, submetida ao Mordomo da Casa Imperial. Koeler viria a assumir a responsabilidade por estas duas funções

¹⁰⁵ LACOMBE, 1939, p. 32.

¹⁰⁶ “Paulo Barbosa era Cavaleiro das Imperiais Ordens de Cristo e de S. Bento de Aviz, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Gram Cruz de Sant’Anna da Rússia e de S. Maurício e S. Lázaro da Sardenha. Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Portugal, da Ernestina da Saxe, de S. Januário de Nápoles, da Coroa de Ferro da Áustria, da Legião de Honra da França e de Medjidié da Turquia. In: LACOMBE, 1939, p. 39.

¹⁰⁷ LACOMBE, 1939, p. 33.

concomitantemente. As boas relações entre o Presidente da Província, Aureliano Coutinho e o Mordomo garantia o sucesso do empreendimento¹⁰⁸.

Ainda quanto aos aspectos do ato de fundação de Petrópolis, em suas singularidades há o fato da Povoação ter se estabelecido por iniciativa de caráter privado, em regime de enfiteuta, com prazos a serem aforados em terras particulares do Imperador, o qual auferiria seus lucros. Somente num segundo momento foram aplicadas as regras das municipalidades brasileiras, “caso atípico no quadro político-administrativo do Império, como seria também insólita, quando da criação do município, a passagem de Petrópolis de povoação à cidade sem estagiar como vila.”¹⁰⁹

Há outro aspecto singular também levantado pelo historiador Francisco de Vasconcellos. Apesar de intitulado *decreto*, este instrumento jurídico jamais correspondeu a um projeto emanado do Estado, “ao contrário, somente depois de 16 de março é que o poder público provincial passou a interferir no cometimento, notadamente, durante as administrações de João Caldas Vianna e Aureliano Coutinho”¹¹⁰.

Observadas suas características, o historiador Francisco de Vasconcellos alega tratar-se de um contrato ou instrumento particular:

“Em 1843, Paulo Barbosa da Silva, no auge de sua carreira na corte, é promovido a coronel e um ano depois reformado como brigadeiro. É a época em que, por iniciativa do major Julio Frederico Koeler, que se manifestara antigo defensor da colonização germânica da Serra da Estrela, adere à causa do incansável fundador de Petrópolis, com o qual assina um contrato em sua qualidade de mordomo da Casa Imperial - não conforme engano de impressão do mesmo em folheto - como decreto.

¹⁰⁸ “Um fenômeno de ordem econômica contribuiu para a realização dos velhos planos da Casa Imperial e deu à nova habitação dos soberanos o aspecto “sui generis” que assumiu: a colonização. Daí a interferência do Governo provincial neste negócio que poderia ser um simples feito da mordomia. Petrópolis passa a ter então duas administrações, a da Superintendência da Fazenda Imperial (subordinada ao mordomo) e a da Diretoria da Colônia de Petrópolis, dependente da Presidência da Província. A concentração destes cargos numa só pessoa (Koeler) e o entendimento completo, pela grande amizade pessoal, entre o mordomo (Paulo Barbosa) e o Presidente da Província (Visconde de Sepetiba) foram circunstâncias propícias ao bom êxito do empreendimento.” LACOMBE, 1939, p. 6.

¹⁰⁹ VASCONCELLOS, Francisco. Jornal Tribuna de Petrópolis, coluna Opinião, Petrópolis, 15.10.2013.

¹¹⁰ Idem.

Seria isto se houvesse sofrido debates e emendas no Parlamento, para depois de sua aprovação ir à firma de S.M. D. Pedro II, Imperador do Brasil. Instrumento particular, nele o mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, aluga ao major Julio Frederico Koeler, sob condições claras e determinadas, a fazenda que adquirira Dom Pedro I chamada Córrego Seco, em cujo interior ninguém jamais pensara erguer cidade nenhuma, até que o ilustre e decidido colonizador alemão o fizesse.”¹¹¹

Ainda a ser ressaltado no documento é a não utilização de termos como ‘colônia’ ou ‘colonos’, ou seja, há uma incongruência, uma vez que o decreto “nada mais ser (é) do que o ‘Plano de Koeler’, especificamente elaborado para o estabelecimento de uma Colônia de Estrangeiros na Serra da Estrela.”¹¹² Esta possível artimanha evitava confrontos com as normas legais vigentes e também com políticos e proprietários rurais e opinião pública.

As diversas singularidades na criação da povoação é mais uma vez confirmada se a compararmos à história de nossas cidades. Sabe-se que alguns dos primeiros centros urbanos brasileiros tiveram sua origem em aldeamentos indígenas, catequizados na maior parte das vezes pelos jesuítas, ainda que outras ordens religiosas também tenham se incumbido de tal empreitada, como os franciscanos e os dominicanos. Estas aldeias através da catequese adquiriam uma igreja situada em uma praça central, denominada largo da matriz, ponto nobre da cidade, tendo usualmente à sua volta ruas organizadas com traçado em tabuleiro de xadrez.

Porém, a maior parte das cidades brasileiras não resulta destes aldeamentos, mas de fatores ligados aos ciclos econômicos - notadamente do açúcar, do ouro e mais tarde do café - ou de questões político-estratégicas inerentes à metrópole, como é o caso do Rio de Janeiro, de Salvador, e de outras cidades costeiras.

Sob o ponto de vista do crescimento social observamos que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”¹¹³, talvez uma das razões para que nossas cidades crescessem muito lentamente, iniciando-se como aldeia, e passando por sucessivas classificações até chegar à

¹¹¹ VASCONCELLOS, Francisco. *Paulo Barbosa da Silva que tanto fez pela fundação de Petrópolis*. p.1.

¹¹² FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.2.

¹¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo 2005.

condição de vila, quando era o caso, o que distinguia o local como sendo de grande importância.

Iniciavam-se muitas vezes quando os habitantes “...de uma determinada localidade passavam a sentir necessidade de uma ‘igrejinha’ onde fosse possível o cumprimento - imprescindível naquela época - dos ‘deveres religiosos”¹¹⁴. Exemplo disso são as três igrejinhas citadas no primeiro capítulo.¹¹⁵ Na fazenda do Córrego Seco, de terras devolutas, elas não existiam.

O passo seguinte seria a elevação à natureza de capela autorizada, e com o correr do tempo era requisitado o direito ao uso de uma pia batismal. Se continuassem a crescer, viria a elevação à capela curada, de alto valor significativo, superado apenas pela instalação de uma freguesia.

Estas categorias eram estabelecidas pela metrópole, de acordo com seus interesses, e muitas vezes - de forma direta ou não - atendendo à demanda dos países europeus por nossos produtos. Uma vez recebida a denominação de cidade, a mais alta destas classificações, a localidade passava a usufruir de toda uma série de privilégios, recursos e características político-administrativas inerentes a sua elevada posição: “Na ‘Paragem do Córrego Seco’ foi bem diferente, pois, num raio de uma légua em torno dela, não existia localidade alguma capaz de configurar qualquer processo em nível significativo de povoamento.”¹¹⁶

O local de instalação do Palácio nas terras do Córrego Seco foi um ato de escolha, diferentemente das duas anteriores habitações de veraneio da família imperial, que haviam sido instaladas em construções previamente existentes. Foram elas, o Paço Imperial da Quinta de São Cristóvão, e a Fazenda de Santa Cruz. O primeiro, uma antiga propriedade do comerciante português Elias Antônio Lopes, que em 1808 seria cedida à D. João VI para ser inicialmente sua residência de verão e logo a seguir sua residência oficial. A segunda, uma antiga fazenda dos jesuítas, tornada propriedade do Estado quando da expulsão destes, que abrigou a família imperial em diversos verões. O palácio de verão no alto da serra foi a única edificação construída com o objetivo de ser a residência de um monarca no Brasil.

¹¹⁴ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.1.

¹¹⁵ Ao final do item 1.2.1.

¹¹⁶ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.2.

Os primeiros passos para esta empreitada foram dados em direção à edificação povoação¹¹⁷: a decisão de arrendamento¹¹⁸ da Fazenda do Córrego Seco à Koeler, e quase concomitantemente, a melhoria do sistema viário que ligava o Rio de Janeiro à Minas Gerais em toda sua extensão. Foi criada uma linha de navegação entre o Cais dos Mineiros, atual Praça Mauá, e o Porto de Estrela, ao fundo da baía de Guanabara, e, logo em seguida, realizadas obras para a conservação da estrada que seguia desse porto até raiz da serra, e que mais tarde seria estendida até Parahybuna¹¹⁹, já na divisa com Minas Gerais.

Como marco simbólico da fundação da povoação sabe-se que, Caldas Vianna, vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, então no exercício da presidência, mandou construir três peças em madeira: um alto poste com a inscrição ‘Petrópolis’, e duas cruzes, uma para o cemitério e outra para igreja, onde se podia ler respectivamente ‘Cruz da Capela dos Finados de Petrópolis’ e ‘Cruz de São Pedro de Alcântara de Petrópolis’. Não se sabe ao certo onde essas peças teriam sido instaladas. Porém, admite-se que a segunda seria erguida “no prazo reservado para a construção da futura Matriz de São Pedro de Alcântara ou em outro local planejado para instalação da Capela da Imperial Fazenda de Petrópolis. Entretanto, parece que em caráter provisório tal cruz seria fincada na futura Praça de Coblenz”¹²⁰.

Esta providência, tomada alguns meses após a fundação da povoação, ainda em 1843, se constituiu em uma maneira de oficializar a fundação de Petrópolis. A partir de então, inúmeras, intensas e entrelaçadas ações e desdobramentos ocorreriam em variados setores. Entre as que mais se destacam está, sem dúvida, o plano criado para a cidade, exposto a seguir.

¹¹⁷ Quanto ao termo ‘povoação’: “Dentro deste raciocínio, não era difícil verificar quando uma certa localidade já possuía os requisitos básicos para sua homologação em nível de Arraial (termo das “Ordenações Filipinas” já caindo em desuso) ou em nível de Povoação (nomenclatura em implantação após a Constituição de 1824), termo esse que foi empregado, mais de uma vez, no Imperial Decreto de 16.III.1843.” FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.2.

¹¹⁸ “Em 26 de julho de 1843, foi assinado um outro documento, complementar, estabelecendo as regras de arrendamento da fazenda de Pedro II a Júlio Koeler; apenso que indicava as normas gerais para a concessão da fazenda da Casa Imperial.” AMBROZIO, 2013, p. 140

¹¹⁹ FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.3.

¹²⁰ “Não se tem certeza onde essas peças foram fincadas, porém podemos encontrar na pg. 93 da “Iconografia Petropolitana” de Gilberto Ferrez, a reprodução de um desenho, a lápis, de Otto Reimarus, Nº do Catálogo 48, mostrando a Praça de Coblenz, notando-se do lado esquerdo uma cruz do citado tipo, provavelmente colocada por ocasião da celebração da Primeira Missa Campal de Petrópolis. Consta que uma outra cruz foi colocada no Morro do Cruzeiro. E nada existe a respeito do “alto Poste”. FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.4.Nota 3.

2.2. O Plano Koeler



Figura 6: Vista atual da cidade de Petrópolis

2.2.1. Criação, topografia e rios da região

Para criar o plano de Petrópolis, a primeira providência de Koeler foi conhecer detalhadamente a topografia da região, fazendo um minucioso levantamento e demarcando a área daquelas terras. Estes dados balizariam a criação do futuro plano que ele tinha em mente, a ser desenvolvido de acordo com o relevo geográfico.

No segundo semestre de 1843 Koeler já se dedicava a essa função¹²¹, um trabalho sobre o qual se debruçaria por cerca de dois anos devido ao alto nível de detalhes. Um tempo considerado mínimo se considerados a acessibilidade ao local, os recursos da época e a qualidade do trabalho feito¹²²:

¹²¹ FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.6.

¹²² EPPINGHAUS, Guilherme Pedro Eppinghaus. *O Plano Koeler*, p.4.

“Não foi simplesmente olhando e sentindo os acidentes topográficos, mesmo porque as cabeceiras, e na maior parte os rios e córregos, tinham suas superfícies cobertas de densas matas. Necessário foi o levantamento, incluindo altitudes e pesquisa da formação das estruturas rochosas e os revestimentos de terras onde se mantinham as florestas exuberantes. (...)

É fora de dúvida que o levantamento foi feito, bastando olhar para a planta e ler o regulamento da povoação. Com que instrumentos contou Koeler? Não há referência, nem foram encontrados elementos que esclareçam o detalhe; provavelmente o emprego da bússola, podômetro e aneróide nos reconhecimentos expeditos; o taqueômetro e nível nos levantamentos e talvez o clinômetro nas seções. Os trabalhos de levantamento, desenho e projeto, feitos simultaneamente, iniciados depois de 16-3-43, data do Decreto que determina o aforamento, ficaram esboçados no correr de 1846. A planta contém rios e afluentes, ruas e praças, estradas e caminhos, os prazos em que foram subdivididos os quarteirões, os terrenos reservados à construção da Matriz, do Palácio Imperial, à administração, etc., tudo dentro da área levantada e desenhada em escala. Com detalhes podem ser visto no desenho os cursos dos rios Piabanha, o principal, e os afluentes (...)¹²³

Ao todo foram dezessete os rios e córregos que tiveram seus cursos minuciosamente detalhados e desenhados por Koeler em sua planta original: “sobre esta base, isto é, ao longo dos vales, foram projetados os acessos aos prazos. Estes foram divididos (...) a partir da Vila, que foi destinada ao centro urbano”¹²⁴. Outras fontes de informação trazem alguns rios não mencionados na planta original.

O traçado da cidade acompanhando o curso dos rios foi, claramente, um desdobramento de trabalho topográfico anterior. O minucioso detalhamento com que foi feito o levantamento confirma uma ideia a priori do engenheiro de adaptar a povoação à natureza local. Esta adaptação, porém, não descartaria a canalização de alguns rios, tão em voga na Europa. Koeler unia a integração à natureza ao conhecimento técnico de sua formação germânica.

¹²³ EPPINGHAUS, Guilherme Pedro. *O Plano Koeler*, p.2.

¹²⁴ EPPINGHAUS, Guilherme Pedro. *O Plano Koeler*. p.4.

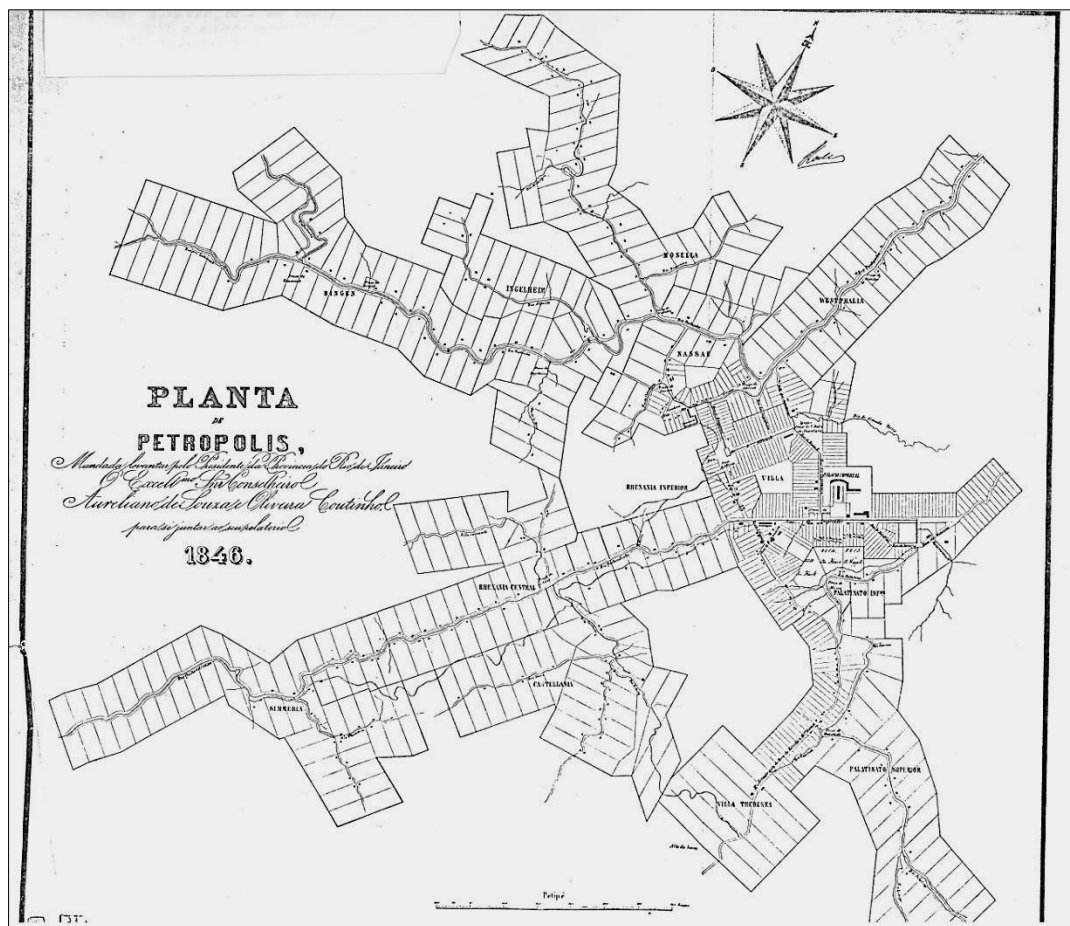


Figura 7: Planta de Petrópolis, Júlio Frederico Koeler, 1846.

Ao adaptar o traçado urbano ao meio ambiente do entorno, o Major pretendia garantir à povoação o uso dos recursos naturais de forma integrada, a fim de evitar problemas futuros:

“Observemos esses detalhes e mais os contidos no Art. 6^o¹²⁵, que condicionava a reserva nos altos das montanhas e colinas das matas necessárias à conservação das águas, além das destinadas às edificações imperiais, edifícios, praças, ruas, caminhos, pontes e cemitérios, entendido por edificações imperiais e edifícios, as obras destinadas a serviços públicos, como represas, mirantes, pavilhões e outras.

A dedução lógica do conteúdo especificado é de que Koeler teve profunda preocupação com a devastação das matas, erosão nas encostas e suas consequências danosas com o escoamento das grandes precipitações pluviométricas, que já na época se faziam sentir com as chuvas de verão. (...) Atentando para as dimensões dos lotes, principalmente para sua profundidade, preservação das matas e restrições ao uso do alto das montanhas, quis Koeler evitar a corrida da capa arborizada.”¹²⁶

¹²⁵ Instruções para a execução do Decreto Imperial, pela Portaria de 20.III.1847 que alterou a de 01.IV.1846. Em anexo.

¹²⁶ EPPINGHAUS, Guilherme Pedro. *O Plano Koeler*. p.5.

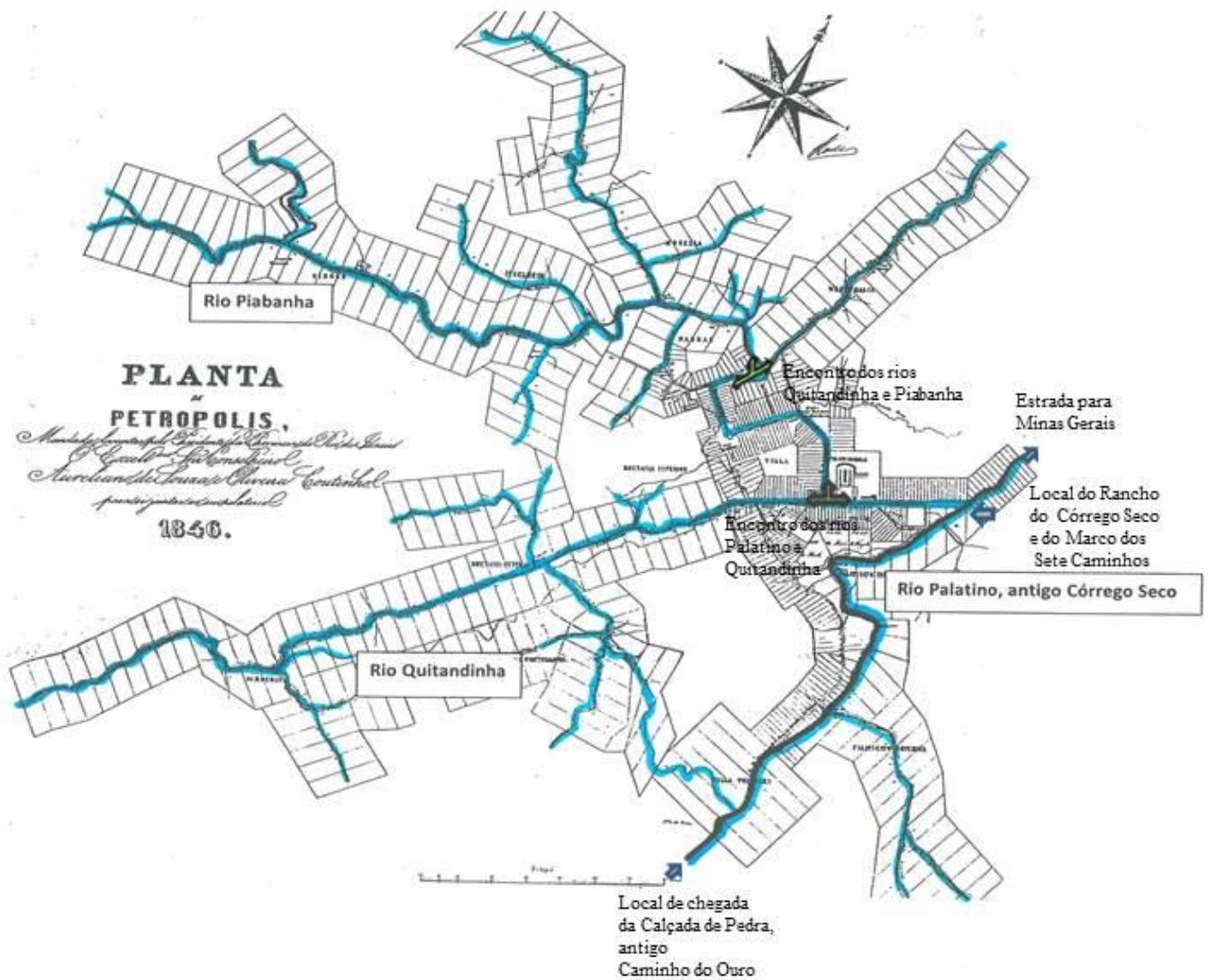


Figura 8: Demarcação, em azul, pela autora, dos principais rios da Povoação Planta de Petrópolis de J. F. Koeler – 1846.

Confirma Manuel de Souza Lordeiro, que “Koeler era bastante preocupado com o meio ambiente, o que fica patenteado no art. 6º das Instruções para execução do Decreto Imperial nº 155, estabelecendo a reserva, no alto das montanhas e colinas, das matas necessárias à conservação das águas”¹²⁷. Pondera-se, atualmente, que raros seriam os casos de desmoroamento na cidade de Petrópolis caso houvessem sido preservadas as normas determinadas por Koeler.

2.2.2.

A Planta, o Comunicado e as propostas de Koeler

Três documentos parecem ser fundamentais para a análise do Plano Koeler e da Imperial Colônia. No que se refere à Povoação, o Comunicado do engenheiro, publicado no *Jornal do Comércio* de 17-II-1845, e a Planta de Petrópolis, datada do ano seguinte. E, para o conhecimento da Colônia, é relevante o Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro¹²⁸, Aureliano Coutinho, datado de 1846 a 1847.

A Planta de Petrópolis, elaboração final do plano de Koeler, foi complementada por condições para aforamento, que aparecem inicialmente em artigos anexos ao Decreto n.155, baixados pelo Imperador a 26-VII-1843 e a 30-X-1843¹²⁹. As instruções para execução do Decreto Imperial são até hoje reproduzidas em toda carta de aforamento emitida, e se reportam à Portaria datada de 20.III.1847¹³⁰

Tudo leva a crer que em janeiro de 1845 o Plano Koeler já estava totalmente definido de acordo com o traçado da Planta de Petrópolis¹³¹. E não só o desenho estava definido, mas toda a concepção do empreendimento de autoria do engenheiro “...bem como as decisões que já haviam sido tomadas por SMI para torná-lo exequível.”¹³² Concomitantemente, as ideias e informações de Koeler seriam divulgadas à população do Rio de Janeiro em artigo por ele assinado, intitulado “Exposição”, mais tarde conhecido como Comunicado de Koeler, publicado no *Jornal do Comércio* a 17 de fevereiro de 1845.

¹²⁷ LORDEIRO, Manuel de Souza, *A Atualidade do Plano Urbanístico de Koeler*. p.3.

¹²⁸ Não anexado neste trabalho por sua extensão.

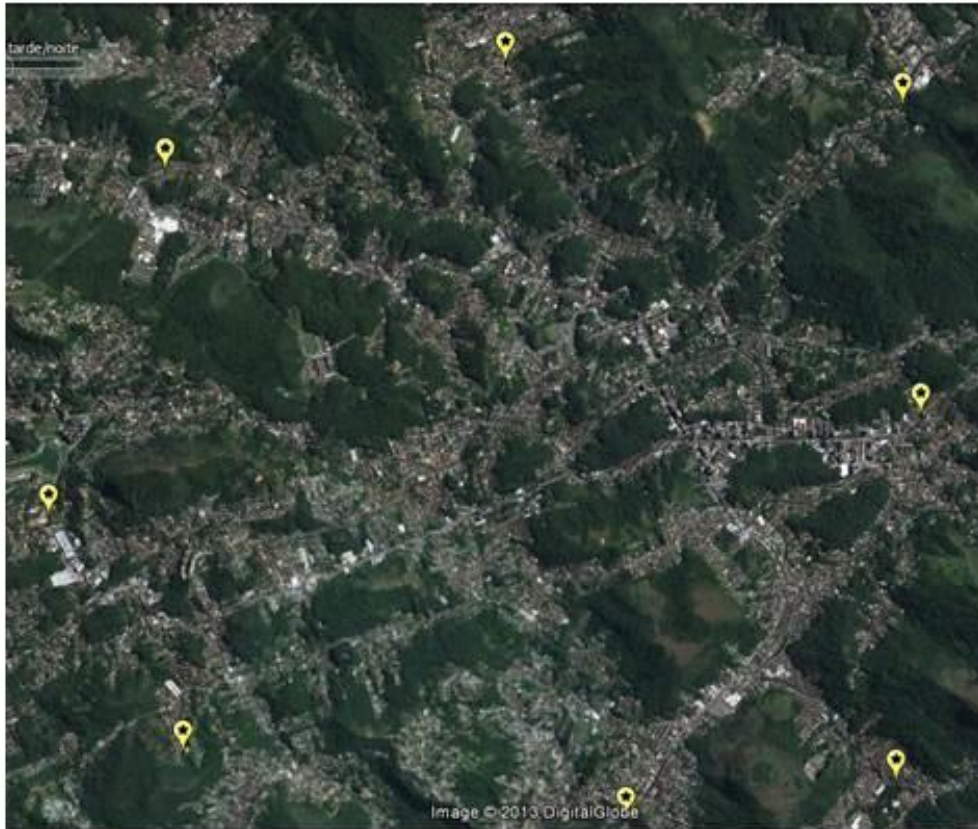
¹²⁹ Em anexo, parcialmente, ao final deste trabalho.

¹³⁰ Idem.

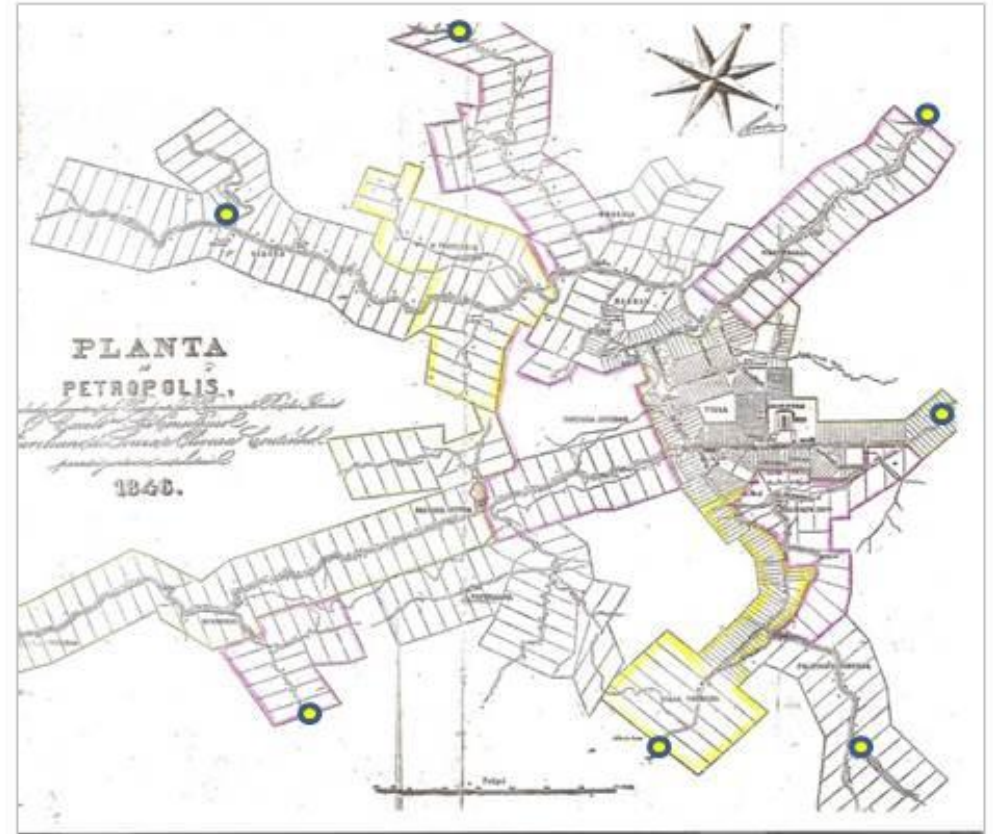
¹³¹ FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.12.

¹³² FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.11.

Na imagem atual, abaixo, é possível identificar o traçado do Plano Koeler acompanhando o percurso dos rios.



Demarcação em amarelo dos pontos extremos da Planta de Petrópolis sobre a imagem do Google Earth.



Planta de Petrópolis - J.F. Koeler, 1846.
As áreas em branco indicam regiões montanhosas.

Figura 9: Imagens comparativas Google Earth e Plano Koeler
Composição das imagens e acervo Arthur Leonardo de Sá Earp

Transcrição parcial do Comunicado de Koeler ¹³³:

“Uma das maiores necessidades que experimentarão os habitantes da corte e capital do Rio de Janeiro é a de poder aliviar-se do intenso calor que sofrem nos meses de verão. A Serra da Estrella, uma das mais elevadas da cordilheira, lhes oferece este refrigério, tanto pelo seu clima sumamente saudável e temperado, e suas águas abundantíssimas, como pela comodidade e rapidez com que é possível efetuar a mudança de uma atmosfera abrasadora para outra temperadíssima, com uma diferença de 25 graus do termômetro Fahrenheit.

“No alto da serra da Estrella, em espaçosa garganta, é situada a Fazenda do Córrego Seco, chamada hoje Petrópolis, que pertence a S.M. o Imperador. Por ali passa a maior parte do comércio de Minas, Goiás e Mato Grosso, e o governo provincial já mandou delinear e construir a estrada normal, que, em seguida à nova serra, atravessa a fazenda.

“S.M., o Imperador, querendo franquear os benefícios e os gozos que promete a habitação na Petrópolis, permite que ali se forme uma povoação, e para este fim ordenou que se arruasse uma porção de terreno, mandando ao mesmo tempo ao Exmo. Mordomo que consentisse na divisão das terras de Petrópolis em prazos de foro perpétuo, de cuja ordem resultou efetuar-se o contrato que possui o abaixo assinado, do arrendamento de toda a fazenda.

“Distinguem-se, neste contrato, três classes de prazos, tendo cada uma condições especiais: a 1ª classe compreende os prazos colaterais à estrada, fora do lugar da povoação, cada um de 5 braças de testada com 100 de fundo, pelo foro perpétuo de 2\$500, sendo permitido a cada foreiro reunir vários prazos até somente 10, ou 50 braças de frente com as já mencionadas 10 de fundo, ou ainda mais, mediante novo foro, que se convencionará pelo acréscimo. O foreiro terá obrigação de construir uma casa de habitação ajardinada na frente. Os prazos da povoação futura formarão a segunda classe; e sua testada é igualmente de 5 braças, com fundos conforme a rua ou quarteirão, e com foro perpétuo de 10 réis por braça superficial. “Cada foreiro poderá reunir 2 prazos, ou 10 braças de frente, e terá obrigação de construir uma casa de morada à beira da rua; os foreiros de 1ª e 2ª classes terão de submeter à aprovação do abaixo assinado a planta do frontispício dos prédios que pretendem levantar.

“Os prazos de 3ª classes se acham no interior da fazenda; a sua superfície e seu foro, igualmente perpétuo, serão objetos de convenção e os foreiros não terão obrigação alguma absoluta.

S.M., o Imperador tem mostrado o desejo de ver colocada em Petrópolis e em seus arredores uma colônia agrícola e industrial alemã; e certamente de que semelhante estabelecimento mui grandes vantagens não de resultar para a povoação, e também para os habitantes da corte e capital do Rio de Janeiro, e

¹³³ *Cascatinha: Recuperação, Revitalização*. SECDREM / FUNDREM, R.J. 198, p.20.

aumentando-lhe os gozos e, por mui módicos , os produtos dos climas temperados do mundo pondo a seu alcance.”

“Jornal do Commércio”, 31 de janeiro de 1845.¹³⁴

O principal objetivo deste Comunicado foi explicar a construção do palácio, da povoação e da colônia para a opinião pública, políticos e proprietários rurais, evitando interpretações tendenciosas ou futuros conflitos. Divulgava-se à população detalhes do empreendimento Imperial, tais como os prazos que poderiam ser arrendados em foro perpétuo, seus preços, suas condições, informando, inclusive, o curto tempo de viagem que se despenderia na nova estrada que estava sendo construída.

Entre as informações nele contidas, observa-se a ordem do Imperador dando início a construção de seu palácio de verão na Petrópolis, e afirmando seu desejo de ver “colocada, em Petrópolis e nos arredores, uma colônia agrícola e industriosa alemã¹³⁵. No texto, Koeler esclarece que “mantinha relações abertas com Grão Ducado de Hesse para este fim”. Afirma que o Imperador pretendia que se organizasse “uma povoação, e para este fim ordenou que se arrumasse uma porção de terreno para edificação dos fundamentos de uma futura cidade - Petrópolis - e que, para isso, SMI permitira, ali, a formação de uma companhia”.¹³⁶

Esta companhia, intitulada Companhia de Petrópolis, seria um elo intermediário entre os imigrantes recém-chegados e sua locação na Colônia, além de ajustá-la à legislação vigente. Provavelmente baseava-se no “Artigo 1º da Lei Nº 226 de 30.V.1840, o qual estipulava que ‘O Presidente da Província é autorizado a contratar com empresários, ou companhias (o grifo é nosso), que se organizarem, o estabelecimento de colônia agrícola e industriosa na província, segundo os planos que forem propostos’”¹³⁷.

O Comunicado de Koeler explica em linhas gerais as principais intenções do Plano para Petrópolis, e denota uma clara distribuição das funções da

¹³⁴ A transcrição na íntegra deste Comunicado encontra-se disponível no anexo 6.2.1 ao final deste trabalho.

¹³⁵ FRÓES, 2006, (12) capítulo 13, p.11.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

Povoação. Seu objetivo era o de criar um sistema capaz de garantir qualidade de vida à cidade, seja por seu saneamento e pela canalização de suas águas, seja pela setorização implantada. Em sua planta estão representados os rios e seus afluentes, ruas, praças, estradas e quarteirões com seus lotes de terra destinados aos colonos, áreas reservadas aos edifícios públicos e religiosos, onde existem indicações de zoneamento e hierarquização do sistema viário.

Para definir o desenho do Plano, o engenheiro localizou o palácio, e a partir dele dividiu a área territorial das Fazendas em dois setores que podem ser considerados circunscritos. No primeiro localizou a Vila Imperial e a Vila Teresa, e no segundo os Quarteirões¹³⁸.

Ao centro da Vila Imperial foi situado o palácio do Imperador :“De fato, foi em torno do palácio que a povoação começou a delinear-se. Em suas vizinhanças ficavam as residências nobres, os edifícios públicos, os edifícios comerciais, a igreja matriz. A construção do palácio foi iniciada em 18 de julho de 1845...”¹³⁹.

No setor das Vilas se estabeleceriam as residências da Corte, os diplomatas, os comerciantes mais abastados, o comércio local, os hotéis que desde o início estavam presentes, e demais atendimentos necessários ao cotidiano da povoação. Nos prazos para residência dos colonos, se desenvolveriam atividades agrícolas de subsistência, alguns tipos de prestação de serviços, e indústrias domésticas.

O traçado da povoação se irradia a partir do centro, onde situa-se o palácio, para a periferia, acompanhando o percurso dos três principais rios da cidade: o Piabanha, o Quitandinha e o Palatino (anteriormente denominado Córrego Seco)¹⁴⁰. Ainda que não sejam muito grandes, esses rios são muito numerosos. Ruas e avenidas foram abertas margeando-os, e a alguns de seus afluentes, criando o traçado orgânico-tentacular que caracterizaria a cidade.

¹³⁸ Tanto Vilas quanto Quarteirões aproximam-se à atual ideia de bairro.

¹³⁹ LORDEIRO, Manuel de Souza, *A Atualidade do Plano Urbanístico de Koeler*, p.3.

¹⁴⁰ Os rios Quitandinha e Palatino encontram-se no centro da cidade, sob o atual Obelisco situado na praça D. Pedro, seguem com a denominação de Quitandinha e deságuam no Piabanha próximo ao Palácio de Cristal.

Ao assim localizá-los, Koeler os introduz como um complemento determinante da arquitetura urbana. Esta solução, inovadora no Brasil, acabaria por transformar-se na principal marca de seu Plano. Era lançado um traçado de ruas diferente daquele herdado de nossa colonização portuguesa, onde os rios eram utilizados como limite de fundos dos quintais das residências, e local de descartes de dejetos. O Major, além de posicionar os rios na frente das habitações, também “limitou a construção de fundo de terreno, significando que, quando o esgoto de água servida atingisse por infiltração os fundos dos lotes onde se situavam os poços, a água já se encontrava em situação potável”¹⁴¹.

O traçado urbano, portanto, foi utilizado tanto para solucionar questões de higiene e insalubridade, como para introduzir uma nova forma estética às ruas e avenidas da Povoação. No Plano Koeler a paisagem urbana tira partido dos rios, valorizando-os.¹⁴²

Cabe aqui ressaltar a importância da avenida na formação de uma cidade. Segundo Giulio Carlo Argan, “A avenida é o símbolo mais importante e o principal fato da cidade barroca. Nem sempre era possível projetar uma cidade inteiramente nova segundo o modelo barroco, mas traçando meia dúzia de novas avenidas ou um novo bairro, era possível redefinir o caráter de uma cidade”¹⁴³ A Avenida do Imperador, logo tornou-se um ponto central na povoação. Pelo projeto de Koeler, o palácio seria instalado com a fachada voltada para esta avenida, o que só não aconteceu por ter sido encontrada no local uma pedreira, até então impossível de ser removida. Isso obrigou que a fachada do palácio se voltasse para a rua da Imperatriz, num giro de 90 graus em relação ao estabelecido anteriormente.

O desenho do Plano foi apresentado em uma única planta geral (além de um detalhamento da Vila Imperial), onde estão representados os rios e seus afluentes, o Palácio, a Vila Imperial e Vila Teresa com seus prazos, ruas, praças, estradas, Quarteirões, com prazos de terra destinados aos colonos, e áreas reservadas aos edifícios públicos e religiosos. Os lotes foram organizados hierarquicamente a partir centro, onde se localizava o Palácio. Portanto:

¹⁴¹ *Cascatinha : Recuperação, Revitalização* .SECDREM / FUNDREM , R.J .1986, p.21.

¹⁴² PEDROSO, Margarida M.M. In: CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Coordenação. *Caminho do Rio à Juiz de Fora*. M.Carrilho Arquitetos. São Paulo, 2010, p.86.

¹⁴³ ARGAN, Giulio Carlo, *Imagem e Persuasão, Ensaios sobre o Barroco*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p. 77.

“Estavam notados, na supracitada planta: os Quarteirões especiais Vila Imperial e Vila Thereza; os onze Quarteirões Coloniais - Palatinato Inferior, Palatinato Superior, Rhenania Inferior, Rhenania Central, Castellanea, Simmeria, Bingen, Ingelheim, Mosella, Nassau, Westphalia. caminhos, ruas, praças, demais logradouros públicos; a "parte da Estrada Nova do Porto da Estrela a Minas Gerais"; os rios e córregos locais; e as áreas destinadas ao Palácio Imperial, aos prazos de aforamento, ao Cemitério e à Igreja.”¹⁴⁴

Note-se que o engenheiro denominou os Quarteirões com nomes de localidades germânicas, fazendo daquele espaço colonial uma extensão simbólica da terra de origem dos imigrantes.

Koeler define três classes de prazos para a implantação da povoação. Em seu Comunicado o engenheiro as enumera da periferia para o centro, sendo a primeira composta pelos prazos mais afastados do núcleo. A segunda, pelos prazos organizados em Quarteirões, destinados essencialmente aos colonos germânicos, e que, junto com a terceira classe, a da Vila Imperial, formaria o núcleo urbano propriamente dito. Ao centro de tudo isto, em sua implantação na forma física da cidade, está o Palácio Imperial, não citado pelo Major em seu Comunicado por não recolher foro perpétuo.

Nas Vilas da Povoação, ruas e avenidas depois de abertas seriam pavimentadas com pedrinhas compactadas. Já os Caminhos Coloniais¹⁴⁵ que conduziam aos prazos dos colonos, assemelhavam-se à largas trilhas, não eram compactados nem pavimentados, e acompanhavam o curso dos rios sem vias transversais que os cortassem.

¹⁴⁴ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.12.

¹⁴⁵ “Como estavam previstos limites para as linhas de fundo dos prazos, todas as áreas além delas pertenciam à Imperial Fazenda de Petrópolis, ficando, assim, garantida a não ocupação nas cotas mais elevadas das encostas dos morros adjacentes aos Caminhos Coloniais. Dessa forma não havia possibilidade de abertura de vias transversais ou remoção de morros. Nas duas Vilas não houve o cuidado de preservação absoluta da topografia original e as ruas foram abertas segundo critérios mais objetivos visando ao preparo de uma área destinada à formação de um núcleo de povoação, apto para um desenvolvimento em Vila (p.d.) ou Cidade. Como exemplo de ruas transversais citamos a Rua dos Engenheiros (depois dos Protestantes) e a Rua de D. Francisca. Como grandes alterações topográficas, citamos: a remoção do apêndice do Morro do Cruzeiro voltado para a Rua da Imperatriz; o desmoronamento da colina no local previsto para a edificação da Igreja de São Pedro de Alcântara, formando a Praça de São Pedro de Alcântara; a retificação e canalização dos rios Quitandinha e Palatino (Secco), na Rua do Imperador; a retificação e canalização do rio Quitandinha nas Ruas da Imperatriz, de D. Maria II, de D. Affonso, de Bragança e dos Artistas; os cortes provocados para a abertura das Ruas Thereza, de Bourbon, dos Protestantes; e o nivelamento dos terrenos do Imperial Palácio de Verão.” FRÓES, Carlos Oliveira, *Detalhes Interessantes sobre o Plano Koeler*. Ensaio, 2006. p.2.

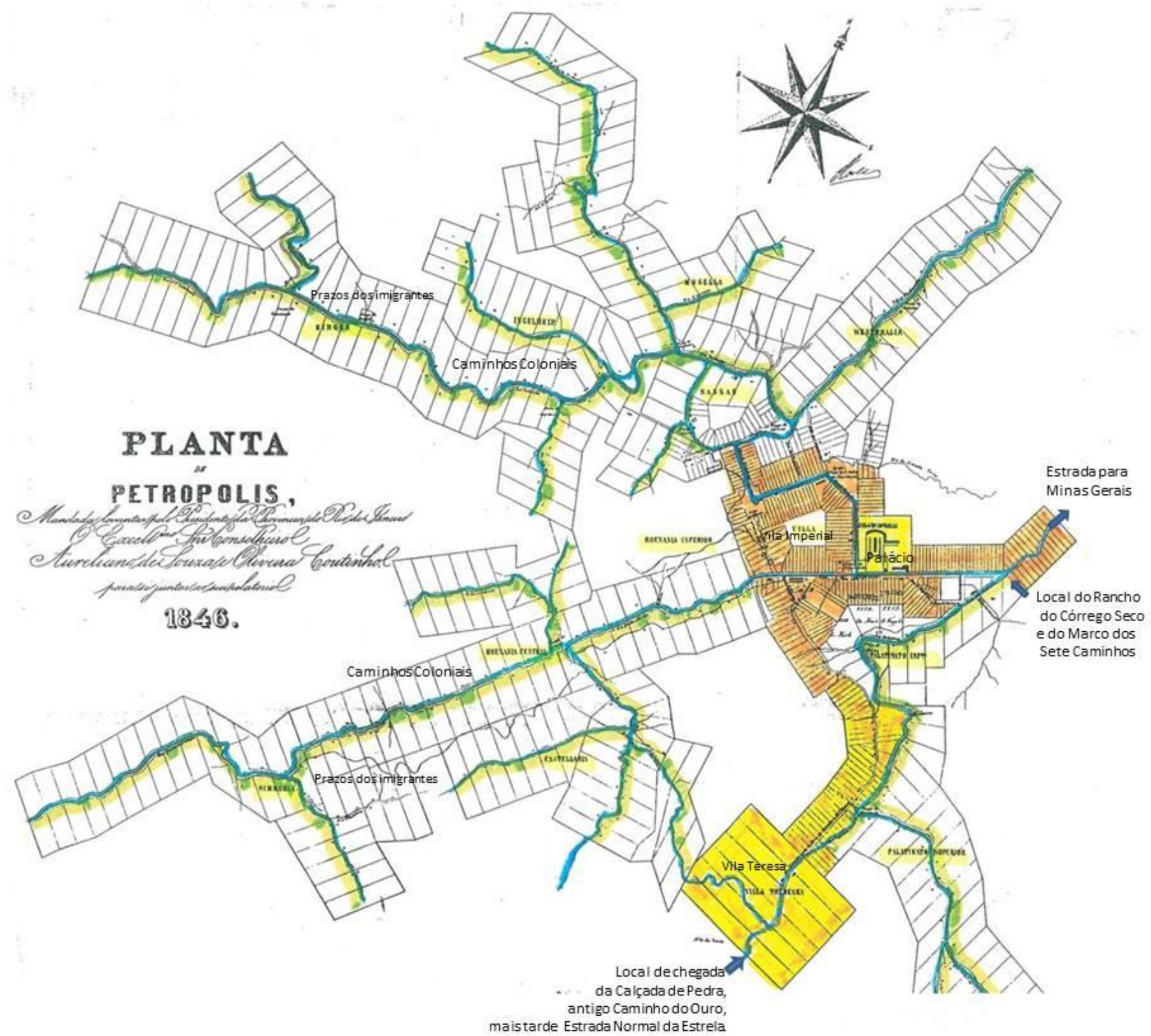


Figura 10: Demarcação em verde e amarelo, pela autora, dos Caminhos Coloniais
Planta de Petrópolis - J.F. Koeler, 1846

Caminhos Coloniais eram vias que acompanhavam os vales dos rios e davam acesso aos prazos dos imigrantes.

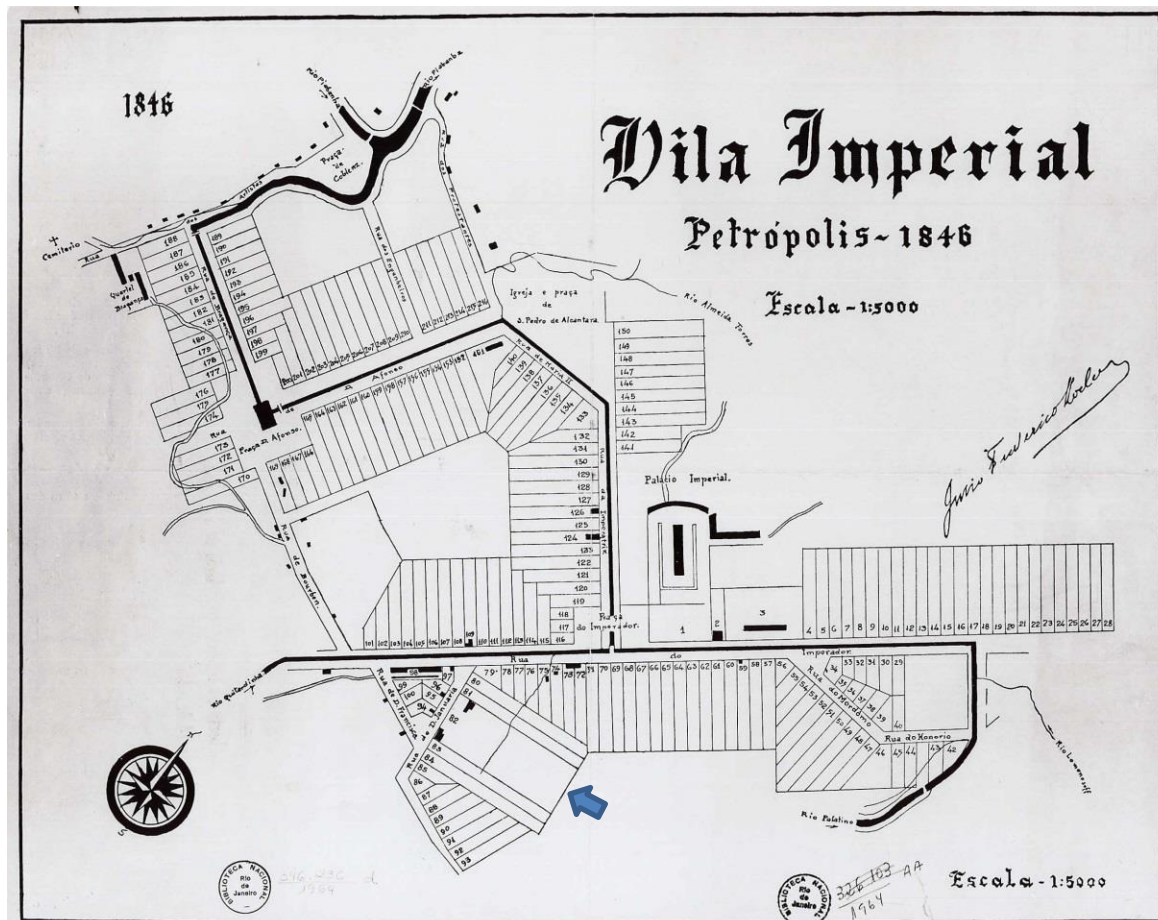


Figura 11: Planta da Vila Imperial, Petrópolis – J.F. Koeler. 1846.

A seta na parte inferior do desenho, inserida por nós, indica a localização do prazo de número 82, onde se situava a casa da Fazenda do Córrego Seco.

Poucos anos mais tarde, porém, com o crescimento da povoação, essa situação se modificaria. Os colonos alemães venderiam seus prazos já economicamente valorizados, e se transfeririam para outros maiores em locais mais periféricos e de menor custo de aforamento. Então, os Caminhos Coloniais do plano Koeler perderiam suas características iniciais e acabariam por se extinguir, transformando-se em ruas e avenidas cortadas por vias transversais, formando o tecido urbano de diversos bairros atuais da cidade. Estes ainda hoje mantêm as denominações alemãs criadas pelo engenheiro:

“No Plano de Koeler não estavam previstas ruas para os Quarteirões e, tampouco, uma estrutura urbana mais evoluída. Para acesso e circulação viária dessas divisões foram projetados Caminhos Coloniais - apenas um para cada Quarteirão - nos quais todos os prazos deveriam fazer testada, não havendo possibilidade da existência de vias transversais. E, apenas seria admitida a

abertura de servidões, exclusivamente para acesso às possíveis subdivisões dos prazos. Assim, os Caminhos Coloniais foram abertos conforme as necessidades de ocupação e, gradativamente, receberiam melhoramentos e readaptações até tornarem-se ruas ou estradas, conforme a natureza de suas utilizações futuras. Não estava previsto que as servidões fossem transformadas em ruas. Dessa forma, cada Quarteirão, no momento em que fosse ativado, forçosamente, já deveria dispor de sua via de acesso específica, isto é, um Caminho Colonial.”¹⁴⁶

Embora o plano parta de uma adequação ao relevo geográfico local, para sua implantação foram executadas obras de engenharia, tais como cortes em alguns morros e a canalização de rios próximos ao Palácio, como o Córrego da Garganta. Este último foi projetado por Koeler para abastecer a Vila Imperial. Sua execução, porém, só aconteceria após seu falecimento. Pode-se observar com facilidade na planta da Povoação os trechos retificados dos rios Quitandinha e Palatino na Avenida do Imperador e a Avenida da Imperatriz.

Tanto o Comunicado quanto os Decretos baixados com as regras de aforamento mencionam o imposto a ser pago em relação à área do terreno. Este valor, que seria calculado por braça quadrada¹⁴⁷, era de dez réis por braça superficial nos terrenos da Vila Imperial e Vila Teresa, quatro vezes maior do que nos prazos dos colonos germânicos, que seria de 2\$500. Os prazos no interior da fazenda, fora da área dos Quarteirões, não pagariam foro.

2.2.3. Discussões sobre o Plano Koeler

Os dados até aqui expressos demonstram que o projeto de construção da futura cidade “...era um plano global para o desenvolvimento simultâneo de uma povoação e de uma colônia, abrangendo os segmentos essenciais a uma comunidade em formação”¹⁴⁸. Por segmentos essenciais entenda-se moradias, comércio, possibilidade de instrução, de atendimento hospitalar, social e religioso, assim como a estrutura viária permitindo os deslocamentos necessários.

Algumas discussões podem ser abertas acerca do Plano para Petrópolis. Inicialmente procura-se saber se ele corresponde a um traçado urbano ou a um plano urbanístico. Decorre desta primeira discussão, uma segunda, mais ampla,

¹⁴⁶ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.5.

¹⁴⁷ Uma braça equivale a 2,20 metros.

¹⁴⁸ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.11.

que tenta analisar o plano à luz dos vínculos e aproximações com teorias do planejamento. Estas teorias, porém, são posteriores ao Plano Koeler, o que dá relevância à esta questão.

Para o escritor Leonardo Benévolo, a urbanística moderna nasce entre 1830 e 1850¹⁴⁹, quando são elaborados novos instrumentos de intervenção nas cidades; surge da necessidade de se resolver os problemas mais imediatos da cidade, sendo o principal deles a higiene. O período corresponde também àquele em que as experiências técnicas são estimuladas pelo novo momento político vivido na Europa. Quanto ao Brasil, coincide com a época estudada por este trabalho.

Porém, segundo Giulio Carlo Argan, em termos cronológicos :

“ A disciplina que estuda a cidade e planeja seu desenvolvimento, o urbanismo, formou-se nos séculos XIX e XX ; como ciência moderna, resultante da convergência entre diversas disciplinas (sociologia, economia , arquitetura), não deve ser confundida com a antiga arquitetura urbana. Ela nasceu da necessidade de enfrentar metodicamente os graves problemas determinados pela modificação do fenômeno urbano, devido à Revolução Industrial, e pela consequente transformação da estrutura social, da economia e do modo de vida.”¹⁵⁰

Portanto, o planejamento urbano, que surge como ciência no final do século XIX, teve seus primórdios em décadas anteriores. Tentando adaptar a cidade às exigências da nova sociedade, as teorias do planejamento aparecem no final do século com a “...racionalização dos espaços urbanos, a especialização dos setores urbanos e o processo crescente de suburbanização”.¹⁵¹ Ela nasce então, como algo implantado sobre um espaço já construído. Isso acarreta dificuldades em sua execução, em função da grande velocidade do aumento populacional que transformava o centro urbano rapidamente. Havia um ritmo de crescimento que era difícil de ser acompanhado.

Neste aspecto, o caso de Petrópolis se dá de uma maneira inversa já que a cidade é criada por antecipação, a partir de um plano onde nada há a ser corrigido:

¹⁴⁹ BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*, Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 1976. p.71.

¹⁵⁰ ARGAN, Giulio Carlo, *Arte Moderna*. Companhia das Letras, São Paulo, 2001. p.185.

¹⁵¹ INB / SU *Formulário Geral do Sítio Urbano – Petrópolis.2005/* IPHAN - RJ p.22.

“...a ocupação e o crescimento da cidade se deram mediante um planejamento coordenado de urbanização e não apenas por um crescimento espontâneo que levasse naturalmente à expansão dos núcleos coloniais”¹⁵². No Plano, a ocupação ocorreu através da separação entre as zonas residenciais, comerciais e industriais¹⁵³. Essa característica evidencia um zoneamento e uma hierarquização do sistema viário, centrado no palácio do Imperador, embora, naturalmente, os termos *zoneamento* e *hierarquização do sistema viário* na época sequer existissem.

Podemos considerar que o Plano pretendia atender a um contexto social e econômico cujo móvel ideológico era hierarquizar e organizar o espaço, de modo tanto a viabilizar a povoação, quanto a de representar simbolicamente a monarquia.

Algumas características do Plano Koeler podem levantar questões no intuito de classificá-lo ou não como um plano urbanístico de fato :

- 1 . O plano previa como seria utilizado, e ocupado, o solo da povoação.
2. Além do palácio, locais para a futura construção da catedral e o do cemitério foram definidos previamente.
3. Koeler procura organizar os setores de atividades econômicas e de serviços como maneira de viabilizar a cidade.
4. Há uma divisão em prazos hierarquizados onde a importância dos lotes diminui à medida que se afastam do centro. Os prazos mais afastados, que eram os de última classe, possuíam as maiores áreas, e eram obrigados a ser cultivados.
5. As três classes de prazos tinham características determinadas quanto ao tamanho, a existência ou não de afastamentos, detalhes construtivos em relação à fachada, ajardinamento frontal, assim como a obrigatoriedade de guarnecer o limite para a rua com gradis de madeira ou de ferro, entre outras determinações. As ruas principais foram projetadas com faixas duplas margeando os dois lados do rio.

¹⁵² INB / SU, 2005, p.21.

¹⁵³ INB / SU, 2005, p.10

6. A organização destes prazos pode estar associada a uma análise feita através da representação de círculos concêntricos, não se tratando exatamente círculos geométricos, mas de círculos “orgânicos”¹⁵⁴.

7. Havia regras quanto à implantação das construções nos terrenos à semelhança de um atual código de obras¹⁵⁵. Estas regras foram aproveitadas quando a cidade foi elevada à categoria de município, em 1857, e ainda hoje, a Companhia Imobiliária de Petrópolis utiliza-se do plano Koeler para esse fim.

8. A preocupação com abastecimento e saneamento a caracterizou desde seu início.

9. A forma foi aliada à funcionalidade.

10. O plano já nasce acompanhado de regulamentos quanto a seus foros, enfiteuse e laudêmio¹⁵⁶.

Parece ser claro que seu produto final em muito ultrapassa um simples traçado urbano. Se a premissa estiver correta, o projeto de Koeler é o primeiro plano urbanístico a ser implantado em seu conjunto no Brasil, sobre uma área ainda não construída.

2.2.4.

Dificuldades bibliográficas encontradas na análise do Plano Koeler

Para que possamos sustentar nossas hipóteses é fundamental que associemos a análise do Plano àquelas que foram feitas sobre a organização espacial das cidades e ao pensamento urbanístico.

A análise urbana de Petrópolis, porém, encontra dificuldades bibliográficas. Em primeiro lugar, autores europeus que desenvolveram estudos sobre planejamento urbano referem-se somente a períodos posteriores à segunda metade do século XIX, portanto bem depois da data da criação da cidade

¹⁵⁴ MORLEY, Edna June. *A Forma e a Utopia: o Plano Koeler e a Construção da Vila Imperial, Petrópolis*. Dissertação de mestrado. UFRJ. Arquitetura. RJ, 2001.

¹⁵⁵ Em anexo ao final deste trabalho. São as instruções para a execução do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, que obedecem à Portaria de 20.III.1847, até hoje reproduzidas em toda carta de aforamento emitida.

¹⁵⁶ *Enfiteuse* é direito real alienável e transmissível aos herdeiros, que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos ; aforamento .

Laudêmio é o pagamento devido ao senhorio direto, quando da alienação da propriedade imobiliária usufruída em regime de enfiteuse.

estudada. Em segundo lugar, ainda não temos autores brasileiros que analisem em profundidade a história de nossa urbanização, embora no Brasil exista um antigo processo de construção de cidades, iniciado no século XVI. Só recentemente essa história começou a ser estudada e discutida, especialmente em relação à cultura luso-brasileira.

O início do segundo Império no Brasil é um período em que deixa-se para trás um modelo colonial, buscando-se construir uma imagem nacional, de raízes inevitavelmente europeias, a serem implantadas em nossa nação tropical. Petrópolis pode representar como foi essa passagem – ou ao menos esta intenção ou este sonho - em termos de construção e planejamento de uma cidade.

Por tudo isso, a quase impossibilidade de fontes bibliográficas específicas sobre o desenvolvimento urbano no período do plano de Koeler nos conduz aos modelos criados pelas teorias do planejamento já no final do século XIX, na Europa.

2.2.5. Discussão conceitual e aproximações

A dificuldade de responder à indagação do partido que ordena o plano de Petrópolis, fez com que buscássemos elementos que permitissem pensar a cidade através de teorias do planejamento urbano. Especialmente, as ideias desenvolvidas por Françoise Choay, cujas análises remetem ao século XIX, passando pelas teorias de Sérgio Buarque de Holanda, e incorporando alguns pensamentos sobre Petrópolis que também discutiram o plano da cidade, como os de Edna Morley¹⁵⁷ e de Luís Antônio Alves de Souza¹⁵⁸.

Em *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda evoca a célebre discussão sobre o modelo espanhol e o português de construção das cidades, ressaltando a importância desta construção como instrumento de dominação “...onde cita a análise feita por Max Weber referindo-se à importância da fundação das cidades

¹⁵⁷ MORLEY, Edna June. *A Forma da Utopia: O Plano Koeler e a Construção da Vila Imperial*. Dissertação de Mestrado, Arquitetura, UFRJ, 2001.

¹⁵⁸ SOUZA, Luiz Antônio Alves de. Considerações sobre o Plano Koeler, In: *150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis*. UCP / Instituto Histórico de Petrópolis, 1995.

no Oriente”¹⁵⁹. A consagrada distinção entre o semeador e o ladrilhador associa o processo de colonização portuguesa a um aspecto de informalidade na construção das cidades que, após ‘semeadas’, ou seja, iniciadas com ou sem uma fundação oficial, ‘brotam’ livremente sem normas pré-estabelecidas. Já o processo de colonização espanhola viabilizou-se como um prolongamento da metrópole, com zelo não só urbanístico, mas também intelectual, expresso na fundação de universidades e publicação de livros e periódicos. Além disso, e principalmente, havia uma ordenação geométrica e cartesiana no traçado urbano, com ruas que partiam de uma praça central quadrangular. Enquanto as cidades de colonização portuguesa apresentam uma frouxidão em seu desenvolvimento, demonstrando um crescimento orgânico, as espanholas desde seu início foram organizadas e formatadas com um traçado geométrico, em tabuleiro de xadrez.

O plano de Petrópolis não se enquadra totalmente em nenhum dos dois modelos, podendo ser considerado híbrido em relação às classificações de Sérgio Buarque.

Já a análise desenvolvida por Edna Morley parte do traçado do núcleo urbano serrano e busca afirmar a centralidade do poder Imperial. Há uma irradiação do centro para a periferia que fica mais clara quando a escritora demarca três círculos concêntricos sobre o espaço urbano da cidade, em que o primeiro corresponde ao Palácio Imperial e suas dependências, o segundo, ao redor do primeiro, seria a Vila Imperial cujos lotes eram concedidos somente à foreiros escolhidos entre aqueles que tinham alguma ligação com o ambiente do imperador. Para garantir a qualidade e o prestígio da moradia neste segundo círculo, ali era admitido comércio e serviços de alto padrão, como teatros, cassinos, lojas de produtos importados e hotéis de luxo. No terceiro e último círculo de Morley, estão situados os Quarteirões dos colonos alemães, onde há diversos tipo de prestação de serviços, atividades agrícolas de subsistência, e algumas indústrias domésticas.

¹⁵⁹ INB / SU, 2005, p. 26.

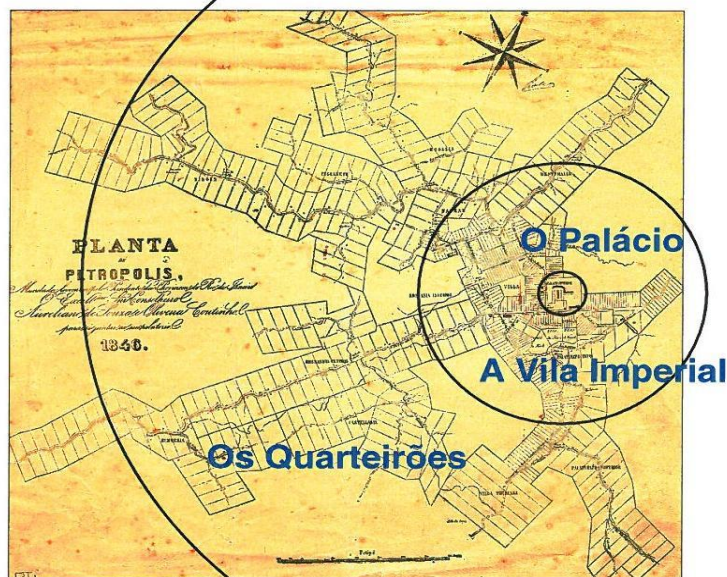


Figura 12: Demarcação de círculos concêntricos de E. Morley, Planta de Petrópolis – J.F. Koeler, 1846

Ao se comparar a classificação feita pelo engenheiro em seu Comunicado, com a análise da referida escritora, percebe-se suas semelhanças e diferenças. O plano de Koeler define três classes ‘concêntricas’ de acordo com as dimensões dos prazos, localizações, e pagamento de foro. Suas duas classes periféricas pertenciam aos colonos e a classe interna, à Vila Imperial. O Palácio não consta da classificação do engenheiro por não pagar foro. Já os círculos de Edna, que mantém as classificações em número de três, as organiza de acordo com a implantação física dos lotes na cidade. Desta forma, o Palácio torna-se o epicentro de sua classificação.

Outro tipo de análise, menos ligada à forma, é encontrada nas teorias da historiadora francesa Françoise Choay. Ela nos leva à ideia de que a cidade de Petrópolis pode ter recepcionado noções de pré-urbanismo predominantemente culturalista, embora aspectos progressistas também ali se manifestem com clareza. São conceitos que nos servirão para fundamentar um olhar sobre a especificidade urbana da cidade, jamais para serem aplicados, enquanto modelos, de forma classificatória ou apriorística.

Os vínculos e aproximações do Plano de Petrópolis às teorias do planejamento, especialmente ao pensamento de Choay, podem embasar a análise da cidade serrana. A planta e o Comunicado de Koeler são uma combinação de partidos sobre o espaço urbano que permitem que definamos as hipóteses encontradas adiante.

Em sua obra *Urbanismo*, a autora faz uma classificação de modelos pré-urbanistas, denominados culturalista e progressista para analisar a formação das cidades. O modelo progressista baseia-se na filosofia iluminista de onde deriva o neoclassicismo. Tem seu espaço racionalizado organizando zonas e funções de maneira a conseguir um rendimento máximo em seu desempenho urbano. Já o modelo culturalista tem traçado irregular e assimétrico, possui concepção ideológica e, como expresso é em sua denominação, é ligado à cultura.

Françoise Choay intitula o período em que ocorre a criação de Petrópolis de pré-urbanista, por considerar que o período urbanista propriamente dito se inicia no final do século XIX quando autores especializados nas questões das cidades as teorizariam. Ao se debruçar sobre os autores que escreveram a respeito das cidades naquele período, Choay percebeu que eles se baseavam em dois princípios básicos: alguns eram saudosos das antigas cidades que pouco a pouco deixavam de existir, e criavam um quadro nostálgico tentando recompor o passado perdido, enquanto outros, estimulados pela ideia de progresso, buscavam seu ideal de cidade no futuro.

A busca de uma nova ordem apresenta-se em duas vertentes. Elas se situam na dimensão do imaginário, e são identificadas por Choay como *modelos*: “por não poder dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão situa-se na dimensão da utopia; orienta-se nela segundo as duas direções fundamentais do tempo, o passado e o futuro, para tomar as formas da *nostalgia* ou do *progressismo*.”¹⁶⁰

Choay ressalta que os dois modelos, progressista e culturalista, são meros *indicadores*, na prática não se apresentando sob forma rigorosa e constante. Expressam tendências, e não uma formulação fechada.

¹⁶⁰CHOAY, 2005, p.7.

Até cerca do século XVIII as cidades da Europa se caracterizavam quase que exclusivamente como cidades medievais ou cidades barrocas.

O surgimento das indústrias que provoca a Revolução Industrial gera uma migração sem precedentes do campo para a cidade. Trabalhadores, burgueses e comerciantes, na expectativa de uma vida melhor, procuram os centros urbanos para viver, e passam a ocupar-se das novas tarefas que eles proporcionavam. Há, com isso, um rompimento com os antigos padrões das cidades europeias. Em decorrência do crescimento vertiginoso da população ocorre uma deterioração nesses espaços, agora poluídos e degradados em quase todos os aspectos, inclusive no moral - conforme diversos autores -, o que leva pensadores da época a se debruçarem sobre a realidade em que vivem. Entre as suas principais preocupações aparece o cuidado com a higiene, uma das formas de combater a degradação ambiental e garantir a saúde. Estes pensadores, quer fossem intelectuais, políticos, homens de ação, ou provenientes dos mais variados setores, tinham em comum o estarecimento com o ambiente físico das novas cidades, sentimento generalizado entre as pessoas da sociedade em que viviam. Dividiam-se em dois grupos de opiniões: alguns se sentiam saudosos do passado, enquanto outros, enxergando além daquela realidade, formulavam ideias otimistas para o futuro.

É este período inicial de transformações, correspondente às primeiras mudanças sociais e econômicas no espaço físico das cidades decorrentes da Revolução Industrial, que é chamado pela historiadora de *pré-urbanismo*. Ele diferencia-se do *urbanismo* que será implantado a seguir, no final do século XIX, quando surgirão as primeiras teorias sobre as cidades. O pré-urbanismo é pensado de maneira ampla, por escritores provenientes das mais diversas formações, ao passo que o urbanismo terá a cidade pensada por especialistas, na maior parte das vezes por arquitetos, de modo analítico, sistematizado e prático.

Os dois modelos da classificação de Choay, denominados culturalista e progressista, são por ela demonstrados através de uma relação de premissas sobre as quais cada um deles se baseia.

Para a historiadora, o pré-urbanismo progressista reúne autores que, apesar de diferentes linhas de pensamento, têm opiniões e conceitos em comum, que convergem para um futuro melhor. São eles Robert Owen, Fourier, Richardson, Proudhon, Cabet, Considérant, Godin, Julio Verne e Herbert-George Well. Para estes pensadores a consequência da Revolução Industrial será a melhoria de bem estar para todos. Trata-se de um pensamento otimista, fundamentado na ideia de progresso, portanto, com certo racionalismo. É totalmente orientado para um futuro onde a ciência e a técnica podem resolver os problemas nas relações dos homens entre si, e entre eles e o seu meio. Um dos pontos de partida de seu pensamento crítico é uma mesma concepção do homem e da razão: veem o indivíduo humano como um padrão, um *tipo*, não importando as contingências, nem os diferentes lugares e tempo que os cerquem.

Essas premissas ideológicas, que inspiraram em Choay a concepção do modelo progressista, são expressas no espaço urbano por características próprias. Foram relacionadas abaixo, tendo ao lado uma tentativa de aproximação à povoação-colônia de Petrópolis, durante a época das formulações do plano de Júlio Frederico Koeler.

Premissas do modelo Progressista de Choay	Características do Plano de Koeler
O espaço do modelo progressista é amplamente <i>aberto</i> , rompido por vazios verdes. Essa é a exigência da higiene.	O verde encontra-se nos arredores da povoação. A preocupação com a higiene se manifesta no próprio traçado, quando Koeler introduz os rios no centro das principais avenidas.
Uma <i>classificação</i> rigorosa instala em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer.	O plano de Koeler é hierarquizado, há uma clara distribuição de funções.
A lógica funcional, citada no item anterior, deve traduzir-se numa disposição <i>simples</i> , que impressione. É preciso, no entanto, sublinhar a austeridade dessa estética, onde <i>lógica</i> e <i>beleza</i> coincidem.	O arruamento é racionalizado, possui uma <i>lógica</i> espacial que é também orgânica e adequada à topografia da povoação. Há uma função estética nas avenidas que margeiam os rios.
A cidade progressista recusa qualquer herança artística do passado. Arranjos novos, simples e racionais, substituem as disposições e ornamentos tradicionais.	No plano de Petrópolis não há herança artística do passado. No entanto, influências culturais não podem ser negadas.

Premissas do modelo Progressista de Choay	Características do Plano de Koeler
Em certos casos, a ordem específica da cidade progressista é expressa com uma precisão de detalhes e uma rigidez que eliminam a possibilidade de variantes ou adaptações a partir de um mesmo modelo. Tal é, por exemplo, o caso dos desenhos nos quais Fourier representa a cidade ideal com seus quatro círculos concêntricos.	Há uma determinação espacial inicial, no entanto, a hipótese de rigidez não se sustenta. O plano foi adaptado ao crescimento da povoação por Otto Reimarus, sem perder seu partido inicial, que acompanha os rios.
Os edifícios são exatamente como os conjuntos urbanos, protótipos definidos, visto que constituíram o objeto de uma análise funcional exaustiva.	Não se aplica.
Alojamentos: “A primeira coisa que nos interessa tratar é da habitação”, afirma Proudhon. Duas fórmulas se destacam de imediato: solução coletiva preconizada por Fourier (cujo maior exemplo é o falanstério), e, a solução individual da preconizada por Proudhon (que prioriza casa individual). Mas o fato essencial é a importância dada ao alojamento e à concepção deste a partir de um protótipo.	Não se aplica.
Propõe uma localização <i>fragmentada</i> , atomizada: na maior parte dos casos, os bairros, ou comunas, ou falanges, são auto-suficientes. O conceito clássico da cidade desagrega-se, ao passo que se estimula o de cidade-campo.	Não se aplica. A escala de Petrópolis – uma pequena povoação-colônia a ser criada à volta de um palácio, não permite este tipo de afirmação.
As diferentes formas do modelo progressista apresentam-se como sistemas <i>limitadores</i> e <i>repressivos</i> .	Não se aplica.
O autoritarismo político de fato dissimula, em todas essas propostas, uma terminologia democrática, está ligado ao objetivo comum, mais ou menos bem assumido, do <i>rendimento máximo</i> .	A monarquia constitucional de D. Pedro II , embora centralizadora, não tem os rigores absolutistas de períodos europeus anteriores, como o de Luís XIV, seu maior expoente. A ideia de <i>rendimento máximo</i> não se aplica.

Quadro 1: Modelo Progressista de Choay relacionado às características do Plano Koeler.

Percebe-se que o modelo progressista pode se aproximar do Plano de Koeler em algumas de suas linhas gerais, porém não enquanto características específicas.

O segundo modelo pré-urbanista de Françoise Choay, o culturalista, é representado por Ruskin (1818-1900), William Morris (1834-1896), e ainda, no

final do século XIX, por Ebenezer Howard (1850-1928), considerado urbanista, e o pai da cidade-jardim inglesa¹⁶¹.

Nesse modelo, o ponto de partida crítico não é mais o indivíduo, como ocorre no modelo progressista, mas o agrupamento humano em seu conjunto, ou seja, a cidade. O indivíduo não é mais considerado uma unidade *tipo*, passível de ser automática e mutuamente substituído, mas, ao contrário, cada membro da comunidade é um elemento insubstituível por suas particularidades e sua originalidade própria. Para os partidários do modelo culturalista a perda da unidade orgânica que havia até então nas cidades, desintegrada sob a força da industrialização, é considerada uma deformação e um escândalo.

Na Inglaterra, desde meados do século XIX, Ruskin e Morris, em seus ensaios, recorreram ao passado para comparar as realizações da civilização industrial. Desta análise crítica surgiu uma série de conceitos contrapostos: orgânico e mecânico, qualitativo e quantitativo, participação e indiferença. Choay esclarece que “acha-se já ali em germe a famosa distinção entre *cultura* e *civilização*, que exercerá em seguida um papel tão importante na Alemanha, na filosofia da história e na sociologia da cultura”¹⁶².

A crítica sobre a qual o modelo culturalista está assentado volta-se para o passado, sendo, portanto, *nostálgica* em sua origem. Essa questão gerou, no caso particular das artes plásticas, sua primeira formulação e sua primeira ilustração com o movimento Pré-rafaelita, datado de 1848, ao qual Ruskin e Morris estão ligados. Essa nostalgia encontra nas formas do passado os meios para revivê-lo. Assim, como ressalta Choay, “o ponto capital ideológico desse modelo não é mais o conceito de progresso, mas o de cultura”¹⁶³.

Essa imagem nostálgica, que em termos hegelianos corresponde à “bela totalidade” perdida, é proveniente em sua maior parte do Romantismo, que por sua vez, estimulou o desenvolvimento dos estudos históricos e da arqueologia. Nas obras de Victor Hugo e de Michelet é encontrada esse tipo de evocação. No

¹⁶¹ Suas teorias foram publicadas em uma única obra intitulada *Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform*, republicada em 1902 como *Garden Cities of Tomorrow*. Na edição em português, *Cidades-jardins de Amanhã*.

¹⁶² CHOAY, 2005, p.12.

¹⁶³ Idem.

entanto, na França “as descrições literárias das cidades medievais ou antigas não suscitaram nos franceses nenhuma proposta de pré-urbanismo”¹⁶⁴, não havendo nenhum representante francês para este tipo de pensamento nostálgico.

No modelo culturalista as necessidades *espirituais* se impõem sobre a premência das necessidades materiais impostas ao modelo progressista, por isto há um menor rigor no planejamento de seu espaço urbano. Ainda assim, para poder cumprir com a bela totalidade cultural, “concebida como um organismo onde cada um mantém seu papel original, a cidade do modelo culturalista deve apresentar, também, um certo número de determinações espaciais e de características materiais”¹⁶⁵.

Da mesma forma que o modelo progressista, as premissas do modelos culturalista estão abaixo relacionadas, para tentativas de aproximações às principais características da povoação-colônia de Petrópolis, durante a época das formulações do plano de Júlio Frederico Koeler:

Premissas do modelo Culturalista do Choay	Características do Plano de Koeler
Ao contrário da aglomeração do modelo progressista, essa cidade é bem <i>circunscrita</i> no interior de limites precisos.	Não se aplica. Os limites decorrentes do traçado do plano da povoação não se caracterizaram como uma proposta fechada. Foram rapidamente ultrapassados com anexação de novas terras.
Não deve contrastar com a natureza.	Apesar dessa característica nunca ter sido formulada por Koeler, ela aparece evidenciada em seu plano.
As dimensões da cidade são modestas, inspiradas nas cidades medievais que, tais como Oxford, Rouen, Beauvais, Veneza seduziram Ruskin e Morris .	As dimensões da povoação são modestas.
No interior da cidade, nenhum traço de geometrismo. Ruskin e Morris preconizam a irregularidade e a assimetria, que são a marca de uma ordem orgânica, inspirada pela potência da vida, cuja expressão mais elevada é dada pela inteligência humana.	Não há geometrismo em Petrópolis, ruas e avenidas da povoação acompanham dos rios. Porém, há uma racionalidade na organização de seu traçado.
Em Ruskin e Morris, o estético exerce o papel que exercia a higiene em Owen, Fourier e Richardson.	Ambos, estética e higiene, mostram-se complementares.
Em matéria de construção, nada de protótipos, nem de padrões. Cada construção deve ser diferente das outras, exprimindo assim uma especificidade. O destaque é dado pelos prédios <i>comunitários</i> e culturais, em detrimento da moradia individual.	Existe a influência cultural europeia, expressa no estilo do palácio, e uma provável influência da formação alemã de Koeler, daquilo que ele entendia como cidade.

¹⁶⁴ CHOAY, 2005, p.12.

¹⁶⁵ CHOAY, 2005, p.13.

Premissas do modelo Culturalista do Choay	Características do Plano de Koeler
A cidade do modelo culturalista opõe-se à cidade do modelo progressista .	É híbrido, com predominância do modelo culturalista.
No plano político, a ideia de comunidade e de alma coletiva termina em fórmulas democráticas.	Não se aplica à Petrópolis, onde a centralidade está presente no plano político.
<i>No plano econômico, o anti-industrialismo é manifesto e a produção não é encarada em termos de rendimento, mas do ponto de vista de sua relação com o harmonioso dos indivíduos, que “gozam de uma vida feliz e plena de lazeres”.</i>	Vivendo um momento anterior, Petrópolis necessitava de atividades econômicas. Os administradores da Colônia procuram transformá-la em industrial, ao invés de agrícola.
<i>A integração do passado no presente só se efetua com a condição de eliminar o imprevisível.</i>	Não se aplica, não há imprevisibilidade a ser eliminada. Busca-se a construção de uma situação exemplar.
Temos que lembrar que os modelos progressista e culturalista não se apresentam sob uma forma tão rigorosa e constante.	Parece haver uma conjunção dos dois modelos no Plano de Koeler, com predominância do culturalista.

Quadro 2: Modelo Culturalista de Choay relacionado às características do Plano Koeler.

O Plano de Koeler parece ter diversas características culturalistas. A principal delas relaciona-se ao modelo pré-urbanista culturalista associado às teorias de Ebenezer Howard. Criadas no final do século XIX, estas teorias procuram analisar a grande transformação urbana da Europa em períodos anteriores, conforme fizeram outros pensadores.

Howard busca uma composição entre campo e cidade. O autor preconiza que “não existem, como se afirma constantemente, só duas possibilidades – a vida na cidade e a vida no campo. Há uma terceira solução, na qual todas as vantagens da vida mais ativa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de modo perfeito.”¹⁶⁶ Neste sentido cidade e campo se comportam como dois ímãs entre os quais surge uma terceira possibilidade como forma de vida: a cidade-jardim. Este modelo teórico tem como principal característica extrair e reunir os maiores benefícios entre campo, tais como o ar fresco e os valores de aluguéis acessíveis, e cidade, onde encontra-se lazer e melhores salários.

¹⁶⁶CHOAY, 2005, p. 220.

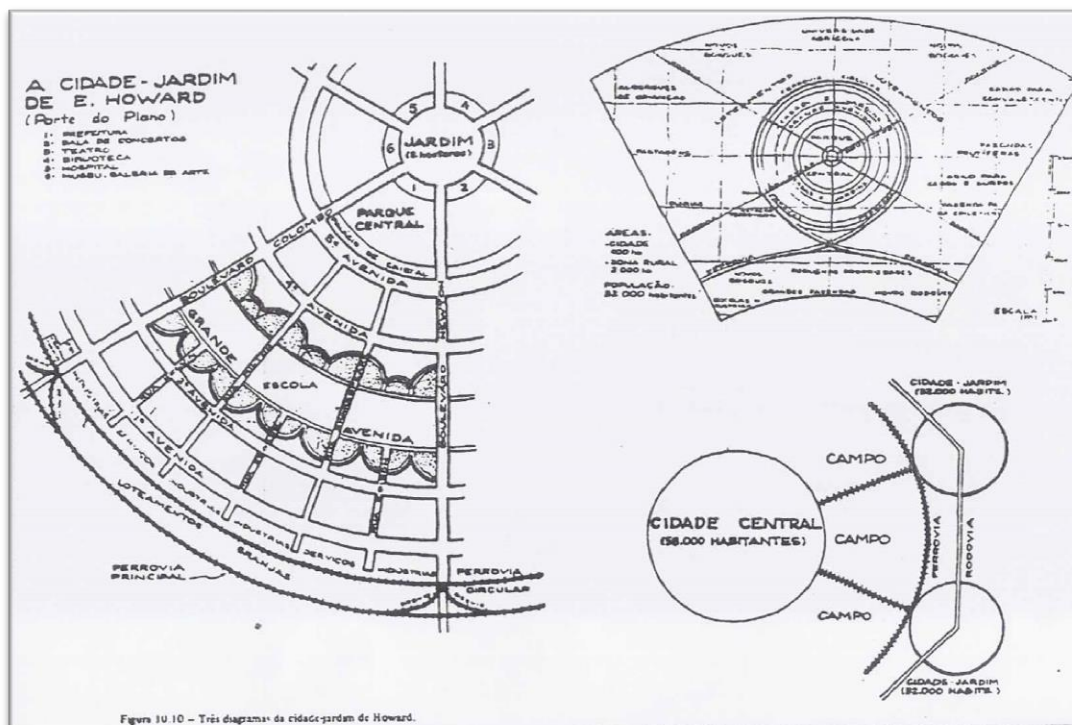


Figura 13: Esquema da cidade-jardim de Ebenezer Howard
Jardim central rodeado por edifícios públicos, distribuição radial dos boulevares.
Desenho de Luiz Antônio Alves de Souza.

A ideia de cidade-jardim de Howard baseia-se em uma utopia, e se define por diversas características que exprimem o conteúdo da cidade. São elas, o sistema de compra e financiamento das terras; a forma física da cidade como sendo preferencialmente circular; o desenho do centro público, com seis bulevares que, em formato radial, se dirigem a um belo jardim que encontra-se no centro, cercado de edifícios públicos; um “Palácio Cristal” destinado a passeios durante o inverno ou dias chuvosos, e onde são expostos à venda produtos manufaturados diversos; um cinturão de casas construídas em terrenos próprios e espaçosos; uma população de cerca de 30.000 pessoas na cidade, e 2.000 na zona agrícola; uma avenida central, de formato também circular, e de 125 metros de largura, formando um cinturão verde concêntrico ao jardim central, um parque onde estarão localizadas escolas públicas, quadras esportivas, e igrejas; em um anel exterior da cidade situam-se as lojas, mercados, manufaturas, e depósitos de toda espécie, com acesso direto à estrada de ferro também circular, a rodeando; há uma região agrícola cultivada e explorada individualmente em fazendas, pequenas ou grandes, terras de arrendamento, pastagens, etc.; e, por fim, há a liberdade

econômica, definindo que cada negociante ou produtor não esteja atrelado à cidade, tendo pleno direito de oferecer seus produtos a quem desejar.

Observa-se que estas características não podem ser aplicadas diretamente ao núcleo urbano serrano, pois quase não há identificação entre os conteúdos propostos para a cidade-jardim de Howard, e o Plano de Koeler. Em relação à sua forma, porém, se partirmos do entendimento que o plano de Petrópolis deriva do relevo geográfico da região, e que, a natureza, com sua exuberância orgânica, se apropriada pelo homem pode ser entendida como um jardim, podemos perceber uma relação formal entre os dois modelos.

Diferentemente da noção de cidade-jardim de Howard, baseada em uma utopia e definida por características que se distanciam da cidade Imperial, a cidade serrana tem como principal referência o poder imperial como uma extensão do Rio de Janeiro. Petrópolis seria, então, uma cidade jardim em sua forma, mas não em seu conteúdo, que é dotado de poder – diferentemente do mencionado conteúdo utópico da cidade-jardim de Howard.

Corroborando com esta opinião, o arquiteto Luís Antônio de Souza, para quem “Petrópolis é obra de determinação imperial, idealização científica e construção europeia”¹⁶⁷. O plano da povoação é relacionado à cidade-jardim de Howard, conforme desenho a seguir.

¹⁶⁷ SOUZA, Luiz Antônio Alves de. Considerações sobre o Plano Koeler, In :*150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis*. UCP / Instituto Histórico de Petrópolis, 1995.

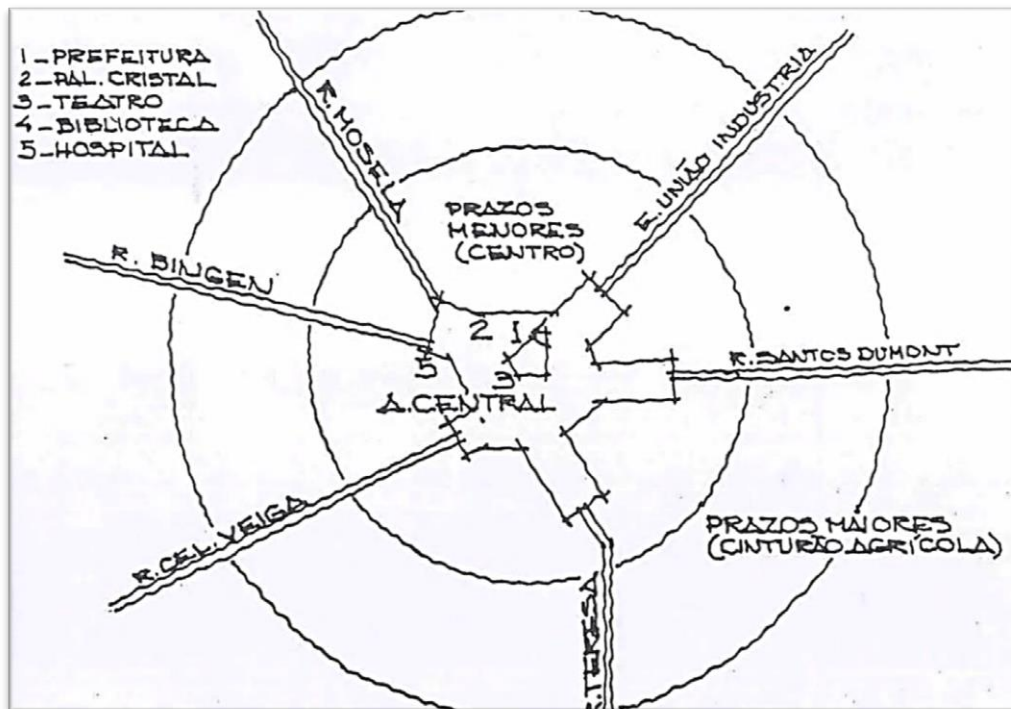


Figura 14: Esquema da cidade de Petrópolis aproximada às ideias de Howard. Edifícios públicos localizados ao centro, e a distribuição radial das ruas. Desenho de Luiz Antônio Alves de Souza.

Partindo destas premissas podemos considerar que Petrópolis se aproxima do conceito de cidade jardim no sentido estrito de sua configuração como paisagem e ambiência natural, dispensando-se as características do conteúdo da cidade modelo do autor inglês.

A povoação foi criada com uma monumentalidade integrada à natureza, cujo esplendor se manifesta na forma. Do campo há o clima ameno da serra, onde se poderia fugir do calor e das febres da capital; da cidade, há a garantia de benefícios gerados pela presença do Imperador, uma extensão da capitalidade do Rio de Janeiro.

Nesta particularidade a povoação se aproxima do modelo pré-urbanista culturalista de Choay. Ela se manifesta em suas linhas mestras e radiais, com avenidas que brotam acompanhando seus três principais rios, o Quitandinha, o Piabanha e Palatino (antigo Córrego Seco) e seus afluentes.

Isto contrapõe o plano petropolitano às ideias em voga sobre as cidades naquele momento, que podem ser consideradas de cunho progressista já que

tinham como preocupação central a interferência na topografia urbana local, justificada pela questão da insalubridade. À título de exemplo de medidas ou planos progressistas então ocorridos no Rio de Janeiro desde o início do século XIX, podemos considerar os diversos arrasamentos de morros no centro da cidade. Outro exemplo são os projetos urbanos de Grandjean de Montigny. Havia por parte do arquiteto francês a intenção de rasgar a cidade com uma ‘vasta Rua’¹⁶⁸. Apesar destas ideias do arquiteto francês nunca terem saído do papel, expressam claramente a tendência à racionalização do espaço, que na época objetivava questões de higiene e saúde.

As intervenções tão comuns ao longo do século XIX no Rio de Janeiro culminaram, no início do século XX, com a reforma de Pereira Passos. Ela foi a síntese de uma série de comissões, ideias e projetos que mostravam uma preocupação com planejamento, e um racionalismo onde a ideia principal era o progresso, como nos ambientes de Escola Politécnica, por exemplo. Estas ideias que vinham circulando desde o século anterior sem que fosse possível serem colocadas em prática, foram viabilizadas durante a República.

Entretanto, apesar de ser predominantemente culturalista, o Plano serrano não se prende a modelos teóricos de planejamento de cidades. É, no fundo, uma combinação de ideias do engenheiro, associada à prática de seu trabalho topográfico e às referências pessoais que trouxe da Alemanha. Reunidas estas questões, um projeto exemplar foi criado de forma a não incorrer em problemas futuros de insalubridade, o que justifica sua busca de harmonia com a natureza.

No entanto, o engenheiro utilizou-se de elementos progressistas, como a canalização de alguns rios, tão em voga na época, o corte de alguns morros, a racionalidade do traçado, e a divisão de seus Quarteirões e Vilas, que se implantam sobre um tecido hidrográfico.

Aqui há um hibridismo em suas formulações. Podemos cogitar que a formação ampla e interdisciplinar do engenheiro tenha incorrido na questão.

¹⁶⁸ SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro, IAB, 1981, p.43

O traço principal do modelo culturalista está na busca de um passado nostálgico como referência, o que, no caso das cidades é materializado naquelas medievais e barrocas. Assim sendo, como um desdobramento desta nostalgia e em busca de raízes que possam atender a análise deste período de construção da cidade de Petrópolis, esta hipótese pode nos permitir investigar eventuais referências entre Petrópolis e algumas cidades europeias, especialmente germânicas.

2.2.6. As cidades germânicas: Mainz e Giessen

“Num processo natural vindo da Idade Média, criando-se o palácio, ou seja, o castelo, criou-se o burgo, com a necessária “entourage” Imperial. Nada extraordinário, e os paradigmas tinham que ser os mesmos europeus, o que não foi uma exclusividade brasileira, já que toda a América se espelhava nos modelos culturais, franceses, ingleses, alemães, italianos espanhóis, portugueses (...).¹⁶⁹

A princípio, a ideia de ter havido na Povoação de Petrópolis características que se relacionem às cidades de origem de Koeler podem parecer inconsistentes. Foi a busca de um entendimento sobre as referências que o levaram a idealizar seu plano serrano nos fez cogitar nesta hipótese.

Nascido em Mainz, Koeler chegou ao Brasil em 2 de julho de 1828. Como no final de 1827 encontrava-se matriculado na Universidade de Giessen, não houve tempo para que tivesse residido em outros lugares europeus. Assim, é possível pensar que suas referências pessoais o remetesse às cidades germânicas que conhecia, referências essas que podem ser somadas ao provável acesso que tinha, já morando no Brasil, às informações sobre as transformações que ocorriam na Europa.

A cidade de Mainz¹⁷⁰ situa-se às margens do rio Reno, frente à confluência com o rio Meno, e foi fundada no século I para ser base militar dos romanos. Dista cerca de setenta quilômetros de Giessen, localizada às margens do rio Lahn,

¹⁶⁹ VASCONCELLOS, Francisco. Jornal Tribuna de Petrópolis, coluna Opinião, Petrópolis, 15.10.2013.

¹⁷⁰ Em português Mogúncia, em francês Mayence. Utilizamos o termo em alemão por considerá-lo de mais fácil identificação. O século X deixou seu registro na Catedral de Mainz, ou Catedral de São Martin, um dos expoentes da arquitetura românica na Europa. Foi também a cidade onde Gutenberg residiu, tendo ali sido impresso o primeiro livro, uma Bíblia.

afluente do Reno, que desenvolveu-se em torno a um castelo fortaleza, construído em 1152. A universidade local, onde Koeler estudou, foi fundada em 1607 pelo landgrave Luís V, de Hesse-Darmstadt¹⁷¹. Ambas as cidades têm características medievais.

Pertenceram ao Sacro Império Romano Germânico, tendo Mainz sido especialmente relevante por ter príncipes-eleitores em seu arcebispado. A região esteve sob o domínio da França de Napoleão de 1806 a 1812 (época da infância de Koeler), quando se extinguiu o controle francês sobre a área, três anos antes da derrota definitiva de Waterloo. A partir de então houve a reorganização do território germânico, estabelecido pelo Congresso de Viena, que passou a ser composto por 39 diferentes reinos, ducados e cidades livres. Ao Grão-ducado de Hesse pertenciam as duas cidades em questão, além de ter sido local de origem da maior parte dos colonos que se dirigiram à Petrópolis.

O período medieval associou aos ensinamentos cristãos que herdou, o conhecimento clássico dos romanos e a cultura dos invasores bárbaros. Suas cidades tiveram características variadas, e feições que se modificaram com o passar dos séculos. Segundo historiador belga Henri Pirenne (1862-1935) “as cidades medievais apresentam uma extraordinária variedade. Cada uma delas possui a sua fisionomia e o seu caráter típico. Diferem umas das outras como os homens diferem entre si”¹⁷². Suas origens podiam variar de antigas colônias romanas, a núcleos urbanos criados à margem de rios em torno de feiras ou ao longo de rotas comerciais, assim como havia aquelas que se desenvolviam a volta de mosteiros, de séis episcopais fortificadas, ou de castelos de senhores feudais que tivessem força suficiente para protegê-las contra os invasores.

Em relação às cidades medievais, cita Mumford:

“As culturas humanas não morrem num dado momento, como organismos biológicos. Muito embora frequentemente pareçam formar um todo unificado, suas partes podem ter tido uma existência independente antes de ingressarem no todo, e, pela mesma razão, podem ser capazes ainda de continuar

¹⁷¹Ficou conhecida como Universidade Ludwig ou Ludoviciana até 1945. Em 1957 ganhou o nome de seu notório cientista, o químico Justus Liebig, passando a chamar-se Universidade Justus Liebig de Giessen.

¹⁷²PIRENNE, 1977, p. 105.

existindo, depois que o todo em que outrora floresciam não funciona mais. Foi isso o que aconteceu com a cidade medieval.”¹⁷³

Essa característica de permanência de algumas de suas partes em um novo todo, gerou uma mistura entre o novo e o velho que pode ser percebida em toda a Europa. Uma continuidade que aparece, por exemplo, nas construções ‘renascentistas’, que foram erigidas dentro dos muros das cidades medievais.

A mudança deste *todo* traria para as cidades uma nova estrutura, e uma complexidade de traços culturais que alterariam radicalmente tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana¹⁷⁴. Inicialmente um tanto confusas, essas alterações ganhariam nitidez a partir do século XVII, quando a antiga ordem medieval começou a se desfazer, e a religião, o comércio e a política ganharam os rumos independentes que conhecemos até hoje. Os novos padrões estabeleceram uma economia mercantilista, e uma política onde prevalecia uma oligarquia centralizada, instituindo o Estado Nacional. Ideologicamente, um novo pensamento “...derivava da física mecanicista, cujos postulados fundamentais haviam sido lançados muito tempo antes, no exército e no mosteiro”.¹⁷⁵

Afirmações como a de Mumford podem ampliar o campo de investigação em relação ao núcleo serrano, uma vez que, enquanto cultura, algumas de suas partes podem permanecer em um novo todo, sendo ‘capazes de continuar existindo, depois que o todo em que outrora floresciam, não funciona mais’. Isso pode permitir verificar a possibilidade de haver, ou não, elementos que aproximem as cidades europeias e a Povoação Imperial.

As cidades medievais que conhecemos, de acordo com Benevolo “receberam uma forma definitiva nos séculos seguintes, do século XV ao século XVIII, quando seu tamanho e sua aparelhagem já estavam estabilizados”¹⁷⁶.

Ainda segundo o autor, outras características comuns às cidades medievais podem ser encontradas, especialmente em relação a seus espaços público e político, e ao posicionamento de suas ruas, bairros e muros. O arquiteto descreve

¹⁷³ MUNFORD, 2004, p.375.

¹⁷⁴ MUMFORD, 2004, p.376.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ BENEVOLO, 2012, p. 270.

o espaço público das cidades medievais como uma estrutura complexa onde se localizam diversos poderes: o episcopado, o governo municipal, as ordens religiosas, e as corporações.

Na serra brasileira não houve estrutura complexa, mas a localização de prédios públicos se deu na região central, como mostra a Figura 14.

Algumas particularidades das cidades medievais mantiveram certa constância. Sabe-se, por exemplo, que usualmente caracterizavam-se pela presença de um castelo, de uma praça e de uma catedral.

Provavelmente a característica marcante comum a todas as cidades medievais são os muros que as circundavam para que se defendessem do mundo exterior. Há um aspecto espacial que comprime o interior das cidades. A esse respeito, o arquiteto e historiador brasileiro Paulo Santos lembra que o “mercado semanal nos séculos X e XI realizava-se fora dos muros das cidades já que no interior eram escassas em número e de reduzidas dimensões, as praças, que não podiam ser utilizadas para esse fim”¹⁷⁷.

Os bairros medievais eram compactos, e suas casas se desenvolviam em altura. São eles que dividem a cidade, e muitas vezes têm uma fisionomia, símbolos, e uma organização política próprias. Benevolo explica ainda que “no século XIII, quando as cidades se tornam maiores, formam-se nos bairros periféricos alguns centros secundários: são os conventos das novas ordens religiosas – os franciscanos, os dominicanos, os servitas – com suas igrejas e suas praças”¹⁷⁸.

As praças tiveram lugar no plano de Koeler, oito constavam do plano inicial da cidade, uma delas em frente à Catedral São Pedro de Alcântara. A Praça da Confluência, onde se localiza o Palácio de Cristal, foi o primeiro lugar de reunião dos imigrantes. Sua função pode se aproximar à importância das praças que Camilo Sitte ressalta em sua obra, com confluência expressando o sentido de conagração daqueles primeiros homens que ali se reuniam.

¹⁷⁷ SANTOS, 2008, p. 34.

¹⁷⁸ BENEVOLO, 2012, p. 269.

Outra particularidade das cidades medievais é a de possuir “uma rede de ruas não menos irregular que a das cidades muçulmanas. Porém, as ruas são organizadas de modo a formar um espaço unitário, no qual sempre é possível orientar-se e ter uma ideia geral do bairro ou da cidade (...)”¹⁷⁹. Uma investigação mais acurada talvez demonstre, ou não, se as ruas irregulares da Povoação, tema deste trabalho, podem ser elemento de aproximação às características europeias.

Em fins da Idade Média, período em que há o crescimento das monarquias e expansão do mercantilismo, estas cidades tornam-se nitidamente burguesas. Segundo Argan, “a grande criação política do século XVII é o Estado nacional, e a sua forma típica é a monarquia absoluta”¹⁸⁰. Ainda segundo o mesmo autor, “a capital funda o seu prestígio sobre o passado histórico, mas com uma perspectiva aberta para o futuro. A expansão da cidade se dá por meio de planos, com a intervenção do soberano e do governo”¹⁸¹. Deriva daí algumas características encontradas em Petrópolis, como a noção de cidade-capital, enquanto uma extensão da capitalidade do Rio de Janeiro, e sua criação a partir de uma decisão imperial, ambas mencionadas em capítulos anteriores.

As cidades antigas aproximam-se do pensamento culturalista enquanto referência com as cidades do passado, especialmente as medievais e as barrocas¹⁸². Pode-se, ainda, cogitar sobre um sentido nostálgico, de características culturalista, na função dada aos rios serranos no plano do engenheiro, tão opostos à tradição portuguesa implantada no Brasil.

2.3. Concretizando a implantação do Plano Koeler

Retomando a narrativa da criação da Povoação de Petrópolis, ainda no segundo semestre de 1843, chega ao Brasil a esposa de D. Pedro II, D. Thereza Christina de Bourbon (1822-1889), nascida em Nápoles, Reino das Duas Sicílias, cujo casamento com o monarca brasileiro havia sido firmado por procuração no

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ ARGAN, Giulio Carlo, *Imagem e Persuasão, Ensaios sobre o Barroco*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p.71.

¹⁸¹ ARGAN, 2004, p.72.

¹⁸² Ambas têm as mesmas características em relação ao seu traçado, e se diferenciam exclusivamente na arquitetura das edificações das cidades barrocas, que ganham em exuberância e riqueza de movimentos em suas fachadas e interiores.

ano anterior. Celebrações na Corte festejaram esta união. Sabe-se que pouco tempo depois o Imperador manifestou a intenção de visitar a fazenda do Córrego Seco com sua esposa.¹⁸³ O único local viável para hospedarem-se seria na casa-sede, residência do antigo proprietário Major Vieira Afonso. Em péssimo estado de conservação, esta casa foi rápida e totalmente restaurada e ampliada para receber os monarcas. Diz-se, informalmente, que esta viagem poderia corresponder à lua-de-mel do casal real¹⁸⁴.

Paralelamente à estes eventos, era construída a nova estrada de subida da serra, projetada por Koeler, conforme já mencionado, em substituição à antiga Calçada de Pedra que D. João VI ordenara construir ainda no século anterior. No local de chegada, ao alto da Serra da Estrela, foi planejada a abertura de uma via que se transformaria na principal avenida da Povoação, a Avenida do Imperador. Essa via passava em frente à casa-sede da Imperial Fazenda Córrego Seco, e a ligava ao Marco dos Sete Caminhos, próximo ao Rancho do Córrego Seco. Ali se unia ao trecho original da Estrada Geral da Estrela¹⁸⁵ que seguia em direção à Minas Gerais. Assim criou-se uma ligação, até então inexistente, entre a casa-sede da fazenda e o antigo Rancho do Córrego Seco. A Avenida do Imperador¹⁸⁶ pode ser considerada o eixo inicial do Plano Koeler.

2.3.1. A legitimação da povoação

Era indispensável o cumprimento de trâmites legais para que fosse instituída uma povoação. Até a segunda década dos anos 1800, as Ordenações Filipinas – ou do Reino – homologavam os Arraiais, Vilas e Cidades do Brasil¹⁸⁷, cabendo ao Governo Geral baixar atos que definissem os elementos destas Divisões Civis¹⁸⁸. A partir desta década, e mais precisamente da Constituição de

¹⁸³ FRÓES, 2006, p. (12) Capítulo 13, p.6.

¹⁸⁴ FRÓES, 2006, p. (12) Capítulo 13, p.6.

¹⁸⁵ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.7.

¹⁸⁶ Está mencionada no decreto de sua fundação como “... reserva de uma área específica destinada ao aforamento de *datas* a particulares, situadas nas duas faixas adjacentes à pista da variante da Estrada Geral projetada para cortar a Fazenda Córrego Seco.” Ela teria, também, a função de dividir as duas Vilas, a Vila Imperial e a Vila Teresa.

¹⁸⁷ “Até então, os Arraiais, Vilas e Cidades vinham sendo homologados segundo os critérios das Ordenações Filipinas - ou do Reino - não vigorando, ainda, o conceito de Município. Na Capitania do Rio de Janeiro, tal qual nas demais congêneres, competia ao Governo Geral baixar os Atos de criação dos elementos das "Divisões Civis".” FRÓES, 2006: (10) Capítulo 11, p.2.

¹⁸⁸ FRÓES, 2006, (10) Capítulo 11, p.2.

1824, e seus regulamentos instituídos em 1828, as povoações passaram a ser legitimadas por três aspectos: o civil, o judiciário e o eclesiástico. A nomenclatura arraial até então utilizada, foi sendo substituída por *povoação*, termo empregado pela Constituição de 1824, constante no Imperial Decreto que instituiu Petrópolis¹⁸⁹. Na povoação serrana estes três aspectos se implantaram com muita rapidez.

O primeiro ato legal de inegável importância foi a homologação de Petrópolis como povoação, firmada por Caldas Vianna, através de Deliberação datada de 29 de março de 1844. Criava uma Subdelegacia de Polícia e um Juízo de Paz, vinculados ao Segundo Distrito de Petrópolis, na Freguesia de São José do Rio Preto, do termo de Parahyba do Sul.¹⁹⁰ Desta forma, estabeleceram-se as bases civil e jurídica para a formação de um futuro município naquele território.

O componente eclesial, a elevação à natureza de Curato da ‘Capela da Imperial Fazenda de Petrópolis’¹⁹¹, viria um pouco mais tarde, em agosto de 1845, fruto da influência de Paulo Barbosa junto à divisão administrativa. Mas, na prática, essa Capela foi considerada Provisória, e o Curato existia somente no papel.¹⁹²

Dois anos mais tarde, a 20.V.1846, através de medida baixada pelo Presidente da Província, Aureliano Coutinho, o Curato de São Pedro de Alcântara foi elevado à categoria de Freguesia, no mesmo ato que criou a Vila da Estrela.

Quando Paulo Barbosa viajou para a Europa, em meados deste mesmo ano, Petrópolis já estava com a base de sua tríplice estrutura de poder estabelecida, “já atendia a todos os requisitos básicos para a constituição de uma

¹⁸⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.2.

¹⁹⁰ “Ainda no artigo 1º da Deliberação foram fixados os limites da Subdelegacia, ficando estipulando que "correrá a linha das divisões pelo espigão da Serra Geral dos Órgãos ou da Estrela, desde o March, nas cabeceiras do Rio Paquequer Pequeno até encontrar com a rocha que na margem dele forma ramal da Serra da Manga Larga, vulgarmente, dita - Alto Pegado - e topar com o Morro do Taquaril; pelo espigão da Serra deste nome até ir ao Território do Ribeirão de Santa Rita que verte no Paquequer Pequeno, compreendendo-se na Subdelegacia toda a bacia desse rio e do ribeirão desde a sua barra cima até a Serra Geral" “FRÓES, 2006, p. (12) Capítulo 13, p.8.

¹⁹¹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.17.

¹⁹² “Entretanto, esse Curato só poderia existir no papel, pois, tanto na Imperial Fazenda de Petrópolis, como na área restante do termo estabelecido pela Provisão de 1º.VIII.1845, quaisquer capelas ou oratórios - devidamente autorizados - que pudessem, em curto prazo, ser homologados, o seriam como Capella Provisória.” In: FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.16.

Subdivisão Administrativa da Província do Rio de Janeiro, no nível de Arraial ou Povoação”¹⁹³. Os termos de Freguesia, Subdelegacia e Juizado de Paz já estavam bem definidos e coincidentes. Assim implantava-se e legitimava-se a nova Povoação.

Em relação ao componente eclesial local, só ficara faltando a estruturação de uma sede paroquial. E ela viria a ser implantada, possibilitando o estabelecimento de elementos como Irmandade, Mesa Paroquial e Junta de Qualificação, que teriam também função administrativa, inclusive quanto à execução do processo eleitoral da comunidade¹⁹⁴.

2.3.2.

O início da construção de Petrópolis. Os imigrantes alemães chegam à serra.

Em abril de 1844 o Presidente da Província do Rio de Janeiro, Caldas Vianna foi exonerado do cargo¹⁹⁵, assumindo o posto Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba. Homem de ação e de marcante presença política, Aureliano havia sido um dos articuladores da maioria de D. Pedro II, e pertencia ao grupo de apoio palaciano que se reunia na residência do Mordomo, na Quinta da Boavista, o Clube da Joana.¹⁹⁶ Sua atuação foi decisiva nos primeiros anos de Petrópolis, implementando ao lado de Koeler, medidas que agilizaram o empreendimento serrano.

Além do aspecto urbano da construção da povoação, outro ponto era pauta de atenção constante em rodas de conversa por parte das autoridades da Província do Rio de Janeiro: a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil. Aliás, desde 1838 a escolha do país de origem dos futuros colonos despertava interesse e acirrava debates. Contudo, não havia opiniões convergentes a respeito delas. Por parte do clero e dos conservadores a preferência era por colonos latinos e católicos.¹⁹⁷ Pelos demais, as escolhas eram diversificadas, gerando muitas vezes

¹⁹³ “Vinculada ao termo do Município de Estrela, fazia as seguintes confrontações: ao Norte com o Curato de Sebolos e a Freguesia de São José do Rio Preto; ao Leste com a Freguesia de Magé; ao Sul com a Freguesia de Estrela; e ao Oeste com a Freguesia de Paty de Alferes. FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.21.

¹⁹⁴ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.22.

¹⁹⁵ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.22.

¹⁹⁶ AMBROZIO, 2013, p.204.

¹⁹⁷ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.5.

um clima de tensão nos debates, principalmente entre os produtores rurais e as correntes escravagistas. Estes se consideravam ameaçados diante do incentivo do Governo Geral à vinda de imigrantes para o Brasil¹⁹⁸, embora as autoridades do governo buscassem habilmente soluções harmoniosas ao longo de todo este processo.

Uma das primeiras ações de Aureliano Coutinho foi finalizar as negociações com a Casa Del Rue & Co., iniciadas por Caldas Vianna, ‘para a vinda de 600 colonos europeus’¹⁹⁹, cujas nacionalidades, até então, poderiam ser variadas, “portugueses ou belgas, franceses, italianos, alemães ou suíços”²⁰⁰. Viriam, com suas famílias, aqueles que tivessem especialidade “nos ofícios de carpinteiro, canteiro, ferreiro, pedreiro, cavouqueiro²⁰¹ e trabalhadores de estrada”²⁰², não cabendo o termo ‘camponeses’ nesta relação.²⁰³

Este contrato passou por intensas reformulações e ajustes, inclusive em relação a delicada questão do país de origem dos imigrantes, um assunto tratado sob “certo sigilo, evidentemente para evitar conflitos com certos opositores do liberal Aureliano, tais como Honório, Caldas Vianna e outros membros de facções mais ortodoxas”²⁰⁴. Finalmente definiu-se a vinda exclusiva de colonos alemães e suas famílias, grande parte deles originários do Grão Ducado de Hesse, onde Koeler mantinha contato direto.²⁰⁵

A chegada ao Brasil de imigrantes com idades mais avançadas, e em condições diferentes das previamente acertadas, é esclarecida por relato de próprio punho feito por de Paulo Barbosa, em 1859. Afirma o Mordomo que Aureliano, então Presidente da Província:

“...sinceramente quis fazer as obras públicas com braços livres, e acabar com os abusos de admitir escravos. Não havendo no país gente suficiente, contratou com Delrue, em Dunquerque, trazer-lhe cem ou duzentos homens alemães, habilitados a fazerem estradas, com os quais pretendia fazer a Serra da

¹⁹⁸ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.15.

¹⁹⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.9.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Aquele que trabalha em minas ou pedreiras.

²⁰² FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.10.

²⁰³ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p. 9.

²⁰⁴ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.10.

²⁰⁵ Idem.

Estrella e outras estradas nesta província. Delrue fez entrar no contrato, a condição de que o governo provincial pagaria passagem às mulheres e filhos dos que viessem que não deviam ser maiores de trinta anos. Ao copiar o contrato mudou as palavras ‘mulher e filhos’ para ‘família’. Aureliano, cheio de afazeres assinou o contrato. Delrue partiu para a Europa e começou seu engajamento de colonos, e de navios e logo expediu o primeiro com 12 ou 14 famílias, formando estas 160 ou 180 indivíduos, tomando a palavra família por consanguíneos, e os que não o eram foram classificados como tais, de sorte que um casal engajado trazia o pai, o avô, a avó, os tios e cunhados, os primos, sobrinhos, etc.”²⁰⁶

Para atender a estes alemães que chegariam ao Brasil, o Visconde de Sepetiba instituiu uma Comissão para Dirigir os Serviços de Colonização da Província do Rio de Janeiro, instalando-a nas proximidades da Ponta da Armação, em Niterói. Ali havia um galpão grande o suficiente para alojar levas de imigrantes como aquelas que chegariam no início do ano seguinte, em 1845.²⁰⁷

Outra iniciativa de Aureliano Coutinho foi reestruturar todo o Setor de Obras Públicas, visando dar mais autonomia às diversas seções. Para isto extinguiu a antiga diretoria, substituindo-a por uma junta, subdividida em seis Distritos.²⁰⁸ O Terceiro destes Distritos foi organizado em três seções, ficando a 2ª Seção sob a direção do Major ICE Koeler exatamente no trecho que cortava a povoação de Petrópolis (aquele que ia da raiz da serra ao Alto Pegado).²⁰⁹

O começo das obras da Povoação veio em decorrência de SM D. Pedro II ter autorizado o início da execução do Imperial Palácio de Verão de Petrópolis²¹⁰, através de Decreto, datado de janeiro de 1845.

Logo de início, conforme já mencionado, o local de implantação da residência de verão do monarca, que teria sua fachada principal voltada para a Avenida do Imperador, precisou ser alterado. Uma pedreira extremamente dura, e que até então permanecia encoberta por densa vegetação, foi ali encontrada, e sua remoção seria impraticável naquele momento²¹¹.

D. Pedro II, atendendo a um pedido do engenheiro, passou uma rápida estadia em Petrópolis, acompanhado da imperatriz Thereza Cristina, para se

²⁰⁶ LACOMBE, 1939, p. 15.

²⁰⁷ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.10.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.10.

²¹⁰ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.11.

²¹¹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.12.

inteirar do fato. Ficou hospedado na casa-sede da Fazenda do Córrego Seco, já reformada e ampliada, a fim de conversar com Koeler e verificar *in loco* os detalhes na modificação do projeto.²¹²

No primeiro semestre de 1845 já se podia observar avanços nas obras da cidade, iniciadas meses antes. O traçado central da povoação estava aberto com o “delineamento das ruas da Imperatriz, Thereza, de Aureliano, de D. Amélia, do Imperador, do Mordomo e do Honório”²¹³ que viriam a configurar o eixo principal da cidade atravessando a Vila Imperial e a Vila Teresa. Tratava-se de uma obra conjugada ao “início da retificação dos Rios Quitandinha, Palatino e Piabanha”²¹⁴. Também já havia realizações como a construção de cinco pontes, a “abertura dos primeiros Caminhos Coloniais de Acesso aos Quarteirões, a construção do Engenho de Serrar, do Quartel das Obras Provinciais, e dos Quartéis de Bragança além de um Hotel.”²¹⁵



Figura 15: Casa da Fazenda do Córrego Seco, cerca de meados século XIX

A mão de obra utilizada nestas obras e nas da construção do Palácio Imperial, era a existente na Província, considerada precária e insuficiente²¹⁶, formada por “escravos, africanos livres, outros imigrantes e, alguns poucos, germânicos remanescentes da ‘Pseudocolônia do Itamaraty’.”²¹⁷ Os novos imigrantes, que viriam como fruto da negociação intermediada pela Casa Del Rue,

²¹² Idem.

²¹³ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.13.

²¹⁴ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.12.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

ainda não haviam aportado no Brasil, estavam prestes a chegar. Em um primeiro momento se estabeleceriam em Niterói.

Foi em 29 de junho de 1845 que estes alemães chegaram à povoação serrana - data oficial da fundação da colônia alemã em Petrópolis:

“Fazendo pernoites no Porto de Estrela e na Raiz da Serra, o primeiro contingente de migrantes germânicos chegou a Petrópolis na tarde de 29.VI.1845. No entanto, em virtude dos Quartéis de Bragança e do Quartel das Obras Provinciais não estarem ainda concluídos, os colonos foram alojados provisoriamente no Rancho do Córrego Secco e no Quartel de Obras da Estrada Normal da Estrela no Alto da Serra, instalações essas improvisadas por Koeler, as quais cognominou de "barracas no Córrego Seco".²¹⁸

“Nos dias posteriores os colonos tomaram conhecimento dos prazos que lhes competiriam, tendo Koeler o cuidado de procurar assentá-los, prioritariamente, nos Quarteirões cujos nomes estivessem relacionados com suas terras de origem.”²¹⁹

Ainda havia na região uma vegetação de antigas florestas, logo divididas em lotes organizados em Quarteirões, que receberiam nomes alemães referentes aos locais de origem dos colonos. Esses lotes se tornaram, através de contrato, patrimônio da população recém-chegada. Isto pode demonstrar como, numa monarquia, o espaço público e o espaço privado às vezes se mesclam na figura do imperador. Neste contexto, os direitos e deveres dos colonos se faziam em relação à propriedade do monarca, e tinham regras bem definidas:

“ Os deveres e direitos dos imigrantes que ali se estabeleciam como foreiros eram bem claros : tinham o domínio útil da terra (...) Recebiam terreno pelo sistema de aforamento em que deveriam pagar *emphyteusis* perpétuo , ou seja, 5 mil réis anuais em cada janeiro para sempre; (esse tributo começaria a vigorar depois de algum tempo de contrato – até nove anos)- poderiam vender a propriedade , pagando 2.1/2% de seu valor à casa imperial (laudêmio); o novo proprietário passaria então a pagar a perpétua enfiteuse.”²²⁰

Os colonos chegaram em uma série de embarcações que aportaram no Rio de Janeiro, inicialmente no período de 13.VI.1845 a 26.VI.1845, quando desembarcam cerca de mil imigrantes alemães. Havia atravessado o Atlântico quase simultaneamente, à bordo dos Brigues, Virginie, o primeiro a chegar ao Rio

²¹⁸ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.15.

²¹⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.16.

²²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz, *As Barbas do Imperador*, Companhia das Letras, SP. 1998, p. 233.

de Janeiro, e a seguir, Marie, Leopold, Curiex, Agripina e Maria Louise²²¹. Para abrigá-los na serra, Koeler apressou as obras dos “Quartéis de Bragança e do Quartel da 2ª Seção de Obras da Província, os quais deveriam estar prontos até o final do mês de agosto”²²², aumentado assim, consideravelmente a capacidade de hospedagem destes colonos em Petrópolis.

Cerca de dois meses depois - entre 11.VIII.1845 e 7.IX.1845 - outra leva de colonos alemães chegaria ao Rio de Janeiro desembarcados pelos Brigues Jeune Leon, George, Mary Queen of Scots e Odin, desta vez somando um total próximo de setecentos e setenta imigrantes.²²³ O último contingente aportaria no dia 17.IX.1845 com cerca de duzentos colonos, cuja viagem foi à bordo dos Brigues Pampas e Fyen.²²⁴

Período de desembarque de imigrantes germânicos no Rio de Janeiro	Viagem à bordo dos Brigues	Número imigrantes (aproximado)
De 13.VI.1845 a 26.VI.1845	Virginie, Marie, Leopold, Curiex, Agripina e Maria Louise.	1.000
De 11.VIII.1845 a 7.IX.1845	Jeune Leon, George, Mary Queen of Scots e Odin.	770
Em 17.IX.1845	Pampas e Fyen.	200

Quadro 3: Relação dos Brigues que aportaram no Rio de Janeiro

Trazendo imigrantes alemães A versão quanto à imprevisibilidade do número de colonos desembarcados no Rio de Janeiro em 1845 - muito maior do que o esperado - despertando no monarca o oferecimento de suas terras na serra para ali se estabelecerem, é contestada por Carlos Fróes, alegando que já se previa o destino desses alemães em Petrópolis:

“Não há dúvida alguma de que todo esse planejamento foi criteriosamente elaborado pelas autoridades e pessoas diretamente envolvidas. Todavia, em virtude do seu elevado grau de sigilo, esse episódio causou um

²²¹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.16

²²² Idem.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

grande impacto junto à opinião pública, dando origem a interpretações fantasiosas, equivocadas ou, até mesmo, especulativas.”²²⁵

Segundo Fróes, três depoimentos, de Koeler, Paulo Barbosa e Aureliano Coutinho, confirmam esta teoria, sendo que o de Aureliano descarta claramente qualquer situação de imprevisibilidade.²²⁶

Ainda não há um trabalho que aborde as dificuldades vividas por esses imigrantes em seu país de origem, nem sobre o que os motivou a arriscar uma travessia do Atlântico, a qual nem todos resistiam²²⁷, em busca de melhores condições de vida no Brasil. Uma mudança, de difícil adaptação, para um desconhecido Império nos trópicos.

Para Paulo Roberto Martins de Oliveira:

“O início da Imperial Colônia foi muito difícil e conturbado devido principalmente ao grande número de pessoas (2111) que chegavam seguidamente: os alojamentos eram insuficientes e improvisados e o encaminhamento das famílias para local definitivo dependiam da definição e da demarcação dos prazos de terras. Conforme isso ia acontecendo, tomavam posse imediata e construíam suas casas. Os colonos não tinham ruas de acesso para os seus terrenos, havia apenas alguns caminhos primitivos ou picadas no meio da mata que geralmente margeavam os córregos ou os estreitos riachos”.²²⁸

A adaptação no Brasil não seria fácil. No entanto, no que diz respeito às instalações serranas, sabe-se que em agosto de 1845 diversas famílias de colonos já residiam em suas próprias casas em Petrópolis, e até o final deste ano “estariam assentadas em seus respectivos prazos todas as famílias que confirmaram o engajamento em Petrópolis.”²²⁹ Aos poucos iam se adaptando ao local e trazendo para a serra tropical seus hábitos de vida. E, “no dia 15.XI.1845 os colonos luteranos promoveram uma celebração religiosa na Praça de Coblenz, a qual conferiram o caráter de ecumênica”.²³⁰

Guilherme Pedro Eppinghaus explica outra preocupação de Koeler:

²²⁵ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.14.

²²⁶ Idem.

²²⁷ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.16.

²²⁸ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. *O Planejamento Urbanístico a ser Lembrado*. Jornal Tribuna de Petrópolis- Especial Dia do Colono, em 20 de junho de 2000. In: Site do Instituto Histórico de Petrópolis.

²²⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.17.

²³⁰ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p. 18.

“Koeler idealizou, também estribado na exigência contratual de 1843, contida no Decreto de arrendamento, a constituição de uma colônia agrícola. S.M. D. Pedro II (...), previu a necessidade de não só abastecer o povoado, mas, ainda, de garantir consumo próprio das colônias e elementos de trabalho nas áreas intermediárias, pois nelas se instalariam os artesãos das obras a realizar.”²³¹

E ainda:

“De acordo com o que fora contratado, Koeler fundou a divisão no princípio básico da circunção das áreas de consumo local pelas de produção em relação ao previsto centro urbano. Koeler aproveitou a circunstância incalculável de terem vindo artífices de todos os gêneros, para cumprir também o dispositivo da segunda exigência, que dizia respeito à construção do Palácio de veraneio da Família Imperial. Pelo respeito que dispensava ao cumprimento das obrigações assumidas e pela importância da obra, deu início desde os primeiros passos, à construção desse Palácio.”²³²

Diz ainda Eppinghaus:

“Em todas as obras foram de pronto aproveitadas as habilitações dos colonos recém-chegados; entre eles havia conhecedores do aproveitamento de toda a sorte dos ainda restritos recursos locais, entre eles o granito, madeiras argilas, areia e outros que a natureza oferecia em abundância e de boas espécies.”²³³

Menos de um ano depois de chegados os colonos germânicos, em maio de 1846, a Povoação de Petrópolis foi elevada a categoria de Freguesia sob a invocação de São Pedro de Alcântara. Este fato é extremamente relevante: o curto período de tempo de somente onze meses até sua rápida classificação como freguesia, dá a dimensão da importância que a localidade adquirira.

Corroborando com as diversas singularidades da cidade, a colônia alemã gozou de uma liberdade religiosa pouco comum para a época. Num momento em que era proibida a construção no Brasil de templos que não fossem Católicos Apostólicos Romanos, religião oficial do Império, a construção de igrejas luteranas foi tolerada em Petrópolis desde seu início, graças ao temperamento flexível do Imperador.

A futura cidade ia sendo construída de acordo com o plano de Koeler: “E assim, nesse poderoso triângulo – Casa Imperial, governo da província e administração da fazenda e da colônia -, o major-engenheiro foi desenvolvendo o

²³¹EPPINGHAUS, Guilherme Pedro Eppinghaus. *O Plano Koeler*.

²³²Idem.

²³³Idem.

projeto”²³⁴. Em 1885, o correspondente do Jornal do Comércio, J. Tinoco publica um guia de viagem em que confirma as personagens-chave desta construção:

“Calma e gradualmente Petrópolis progredia e sua existência prolongava-se , graças ao Visconde de Sepetiba , Conselheiro Paulo Barbosa da Silva e ao Major Júlio Frederico Koeler, a trindade executora da ideia da fundação da cidade (...)

O Visconde de Sepetiba já o havia dito, e a confirmação é geral, de dever Petrópolis a S.M. o Imperador o desenvolvimento de que hoje goza”.²³⁵

Buscando tornar juridicamente compatíveis a recente colônia de estrangeiros e a “edificação simultânea de uma povoação já institucionalizada por Caldas Vianna”²³⁶, o Presidente da Província do Rio de Janeiro, Aureliano Coutinho, reúne-se em novembro de 1845, em Petrópolis, com o Mordomo Paulo Barbosa e com Major-ICE Koeler²³⁷. Na ocasião “toda a problemática estrutural da colônia fora avaliada e as soluções cabíveis alinhavadas. Em depoimentos posteriores, Aureliano referir-se-ia a tais fatos e descreveria com grande detalhamento tudo que observou em relação à Petrópolis e à Colônia”²³⁸. dados constantes do Relatório da Província de 1846.

Por volta desta época Paulo Barbosa da Silva deixaria, por razões políticas, a Mordomia da Casa Imperial. Este acontecimento teria desdobramentos relevantes para a Imperial Colônia, e em especial para o engenheiro Koeler. O fato se concretizou através de um Decreto Imperial, datado de 13.XII.1845, que o designou em missão diplomática na Europa como ‘enviado extraordinário’.²³⁹

A viagem, porém, foi por ele adiada em seis meses, provavelmente por prever que sua ausência alteraria profundamente o curso da administração das

²³⁴ SCHWARCZ, 1998, p. 232.

²³⁵ TINOCO, J. Petrópolis - *Guia de Viagem* Typographia de L. Winter, Rua do Hospício n.91. Rio de Janeiro, 1885. In: *Cidade de Petrópolis : Reedição de Quatro Obras Raras – 1957* . Anuário do Museu Imperial 1995, Edição Comemorativa, p.219.

²³⁶ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.18.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Idem.

²³⁹ “Ameaçado de morte e odiado por certos políticos do segundo reinado, Paulo Barbosa da Silva vê-se meio forçado pelos amigos, a exercer cargo na diplomacia. Esteve na Rússia, Alemanha, Áustria e, muito enfermo, França, onde lhe caiu a demissão da função em 1851. Regressou ao Brasil no ano de 1854, para voltar à mordomia - agora sem a autonomia e a importância do passado - e morrer a 28 de janeiro de 1868.” In: VASCONCELLOS, Francisco. *Paulo Barbosa da Silva, que tanto fez pela fundação de Petrópolis*.

obras em Petrópolis. Com a voz de comando que o cargo da Mordomia ainda lhe conferia, Paulo Barbosa procurou consolidar, ou estruturar, novas medidas antes de sair do Brasil: cinco atos provinciais baixados por Aureliano Coutinho, de janeiro a outubro de 1846. Estas medidas visavam legitimar a Colônia Germânica em Petrópolis, e algumas delas foram de grande importância. Duas destas ações são citadas a seguir.

A primeira foi a instituição de uma Caixa de Socorro e Utilidade Comum da Colônia de Petrópolis, através de uma Deliberação datada de 10.I.1846, criando um fundo para prestar assistência médica e social aos "doentes, viúvas e órfãos pobres da colônia e fazer-se as despesas de enterros, de edificação de templos, de casas para escolas, enfermarias públicas e de outros estabelecimentos de utilidade comum"²⁴⁰. As receitas do fundo "deveriam provir das contribuições dos colonos, ajudas de SMI e concessões provinciais"²⁴¹. Esta Caixa de Socorro existiria ao longo da existência da Colônia de Petrópolis, e seria extinta somente em 1860. Passaria, porém por algumas fases difíceis, principalmente após o falecimento de Koeler.

Outro destes atos foi a determinação de ordem civil e eclesial, datada de 20.V.1846, que "criou a Villa da Estrela, e elevou o Curato de São Pedro de Alcântara à categoria de Freguesia, vinculando esta, ao termo do novo Município de Estrela (...)." ²⁴²

Paralelamente, houve neste período uma reestruturação territorial na Imperial Fazenda de Petrópolis, "até então composta pela fazenda do Córrego Seco, arrendada à Koeler, com vistas à sua exploração pela Companhia de Petrópolis"²⁴³. Koeler, que havia comprado a fazenda do Quitandinha algum tempo antes, doou-a à SMI D. Pedro II, para que fosse anexada às terras do Córrego Seco. Este foi um passo importante no marco territorial, pois após lavrada a escritura de doação, toda a área onde a Colônia estava estabelecida passou a pertencer à Casa Imperial.

²⁴⁰ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.19.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p. 20.

O engenheiro foi nomeado Superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis, constituída pela fazenda do Córrego Seco e outras a ela anexadas.

De acordo com as novas deliberações baixadas por Aureliano, a Colônia poderia funcionar, em conformidade com a legislação vigente, totalmente adaptada ao Plano de Koeler, e conseqüentemente a Companhia de Petrópolis não se fazia mais necessária, e entrou em processo de dissolução²⁴⁴.

Segundo Fróes, cabe aqui lembrar que a colônia de Petrópolis foi institucionalizada de uma maneira *sui generis* e diferenciada em relação às demais colônias do Império, já que não seria exequível sua compatibilização com a “Lei Provincial do Rio de Janeiro de Nº 226 de 30.V.1840, que normatizava o Estabelecimento de Colônias Agrícolas e Industriais na Província do Rio de Janeiro”²⁴⁵. Ainda segundo o autor, “enfim, era uma colônia especial ou, quem sabe, uma ‘imperial colônia’, a qual, apesar de ainda não ter sido reconhecida pelo Governo Provincial como tal, fora oficialmente implantada. Até então, toda a documentação oficial vinha se referindo a ela como ‘Colônia de Petrópolis’”²⁴⁶.

Após a implantação das medidas mencionadas, o Paulo Barbosa viaja para em missão diplomática na Europa, em junho de 1846. Seu afastamento do Brasil enfraqueceria a posição de Koeler como a principal figura à frente da execução do empreendimento de Petrópolis. Após sua saída, o Conselheiro José Maria Velho da Silva (1811-1901), “o mais antigo Gentil Homem da Imperial Casa”²⁴⁷ assumiu interinamente a Mordomia Imperial, baixando medidas que reduziram a autonomia do engenheiro como Superintendente²⁴⁸. Esta era uma postura oposta à que Paulo Barbosa sempre tomara, e que acabaria por afastar Koeler da execução de algumas funções primordiais da Povoação.

Mas a vida prosseguia, e a 30 de junho de 1846 foi realizada uma missa campal na Praça Coblenz, o primeiro ato público católico em Petrópolis, muito

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.21.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Logo de início o Mordomo baixou o “Regulamento para Medição e Demarcação dos Prazos de Petrópolis”, assinado em 25.VI.1846. Por essa normativa, foi determinada a abertura de um “livro especial para assentamentos dos termos de aforamento concedidos”. FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.20.

concorrido, do qual participaram autoridades provinciais e locais. Cerca de vinte dias depois, foi celebrado um culto campal luterano. Havia ainda, porém, “dificuldades a serem vencidas tanto na aceitação dos colonos como na estrutura religiosa local.”²⁴⁹

Para o historiador Francisco de Vasconcellos, “Petrópolis era o único caso na história colonial brasileira em que a Colônia foi obrigada a conviver com a Corte, ao menos no que concerne à partilha do espaço físico-geográfico”²⁵⁰. Diz ainda o autor que havia um “choque cultural inarredável e persistente, pelo medular antagonismo das partes em contato”²⁵¹, e que, “na prática, porém, os colonos chegados ao Brasil “tinham status quase servil”²⁵². Um fato inerente à ótica escravocrata de então, que obedecia aos conceitos da nobreza transplantados de Portugal ao Brasil.

No final de setembro de 1846 a escritora austríaca Ida Pfeifer passou por Petrópolis em viagem à Minas, e deixou um depoimento, do qual alguns trechos selecionados estão transcritos a seguir²⁵³:

“Uma única rua existia então na cidade”;

‘Ali havia então pequeno renque de casas’;

‘Em grande área recentemente roçada armava-se o arcabouço de um edifício de proporções até certo ponto avultadas, a casa de campo do Imperador... as portas de acesso, baixas e estreitas, formavam estranho contraste com as janelas altas e largas’;

‘Em torno da residência Imperial crescia a cidade’;

‘Pelos diversas gargantas e vales da vizinhança já se multiplicavam as choupanas dos colonos alemães’;

‘Aos operários e artífices e aos negociantes procurava a administração da fazenda imperial localizar nos arredores do Paço’;

‘Aos agricultores se concediam prazos maiores a duas ou três gueiras francesas, em posição mais afastada’”²⁵⁴.

Este relato possibilita imaginar a configuração da fase inicial de Petrópolis. A Rua do Imperador com suas casas conferiram à viajante a ideia de

²⁴⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.23.

²⁵⁰ VASCONCELLOS, Francisco de. *Vicissitudes da Imperial Colônia de Petrópolis*. In.: *150 anos da Colonização Alemã em Petrópolis*. Anais do Colóquio e artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis, Petrópolis: IHP / UCP, Julho de 1995, p.85.

²⁵¹ VASCONCELLOS, 1995, p. 81.

²⁵² VASCONCELLOS, 1995, p. 79.

²⁵³ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p. 23.

²⁵⁴ Idem.

‘cidade’, em contraste com os Quarteirões onde residiam os alemães. De acordo com Fróes:

“Esse oportuno e bem formulado relato propiciou uma realista visão panorâmica da Colônia naquela fase pioneira. Infere-se que a Rua do Imperador, com um significativo renque de casas já edificadas, dava ideia de uma configuração "de cidade", ressaltando o contraste dessa área com a dos Quarteirões, onde ficavam as "choupanas dos colonos alemães". Do Palácio de Verão, ela só poderia ter visto a ala direita (de um observador colocado na testada), cujas paredes já estavam levantadas. Sobre o citado "estranho contraste entre as portas de acesso e as janelas", entendemos como um julgamento precipitado feito por quem não conhecia o projeto global, pois as referidas portas faziam parte da estrutura interior do prédio - comunicavam a ala direita com o "hall" de entrada e não ficariam à vista após a construção do bloco central. Após três dias de permanência na serra, a ilustre viajante regressou à Corte.”²⁵⁵

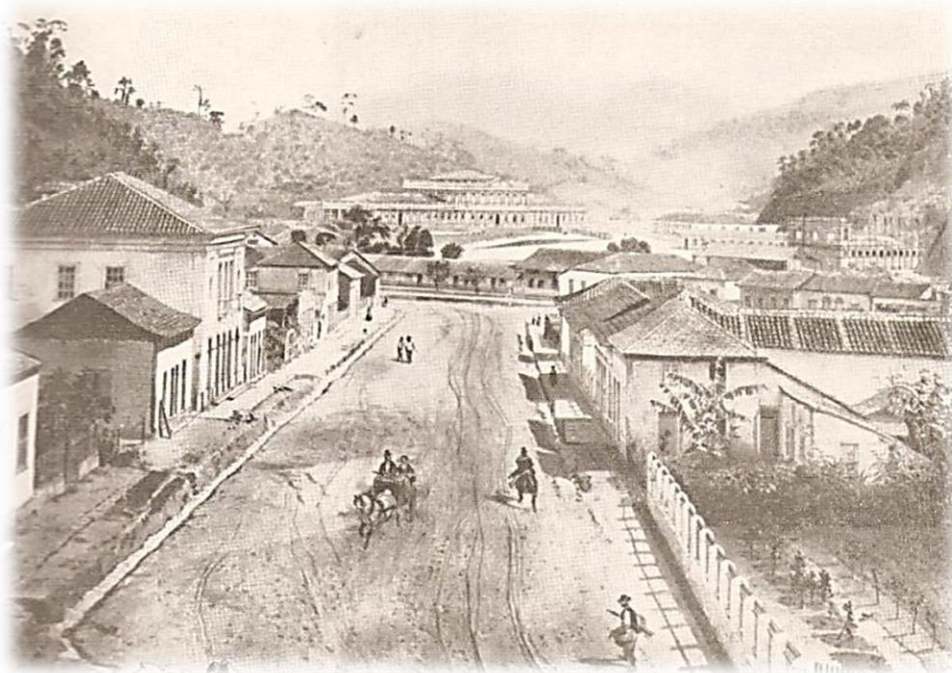


Figura 16: Palais Impérial de Pétrópolis 364 x 480 mm

Litografia de Eug. Cicéri, de fotografia tirada por Victor Frond, impresso por Lemerrier e que ocorre na obra de Charles Ribeyrolles. Vista tirada em 1858, da rua Paulo Barbosa, olhando para a rua do Imperador. Coleção Museu Imperial.²⁵⁶

Em janeiro de 1847 completou dois anos do início da construção do Palácio Imperial, ponto de partida das obras de Petrópolis. Uma descrição de

²⁵⁵ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.23.

²⁵⁶ FERREZ, Gilberto. *Iconografia Petropolitana (1800 – 1890)*. Ministério da Educação e Cultura, Museu Imperial, Petrópolis, 1955, Prancha n. 86.

Fróes, baseada no relato de volta ao Rio de Janeiro Ida Pfeifer, pode-se perceber um grande crescimento urbano em diversos setores da Povoação-Colônia²⁵⁷ em um curto período:

“a ala direita do Imperial Palácio de Verão (vista da testada) estava praticamente pronta, faltando, apenas, alguns detalhes de acabamento, as unidades de apoio e serviços e a rede de abastecimento d'água;²⁵⁸

“os trabalhos de abertura, nivelamento e retificação de canais das ruas do Imperador, da Imperatriz, de D. Maria II e de D. Affonso já estavam bastante adiantados, bem como aqueles das ruas Thereza, de Aureliano, de D. Januária, do Mordomo e do Honório, vias essas que, juntamente com um longo trecho da Rua do Imperador, constituíam o novo segmento da Estrada Normal da Estrella que cortava a Vila Imperial e a Vila Thereza;²⁵⁹

“quanto aos Quarteirões Pioneiros, verificamos que seus Caminhos Coloniais já estavam abertos e algumas das primitivas habitações passavam por substanciais melhoramentos;²⁶⁰

“para sediar a Diretoria da Colônia, foi improvisado o "Quartel da Província", na Rua do Imperador, que também abrigava as outras repartições provinciais existentes;²⁶¹

o Engenho de Serrar, de grande porte, que a Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis instalou, em 1845, no Prazo N° 1430 da IFP, na Rhenania Inferior, funcionava a plena carga;²⁶²

“e um novo contrato acabara de ser assinado, com o Engenheiro Gustavo de Frontin, para a construção da Capella Católica no Prazo N° 124 da Rua da Imperatriz;²⁶³

“quatro grandes prédios residenciais de alvenaria estavam sendo concluídos. E o Hotel, mencionado por Koeler nos Estatutos da Companhia de Petrópolis, já se encontrava edificado no Prazo N° 1 da IFP da Rua do Imperador, defronte à esquina da Rua do Mordomo e, provavelmente, já teria sido arrendado a fim de alojar o Hotel Suisso;

“para a assistência médico-hospitalar, Petrópolis contava com o Hospital da Colônia, assim batizado por Koeler após ter mandado "rebocar e endireitar os Quartéis de Bragança", onde dois anos antes ele instalara, provisoriamente, as três "Enfermarias Provisórias" que atenderam aos recém-chegados colonos. Esse hospital não era custeado pelas verbas orçamentais provinciais e suas despesas deveriam correr por conta da Caixa de Socorro e das doações; e

²⁵⁷ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.24.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.24.

²⁶⁰ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.25.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

“a Instrução na Colônia de Petrópolis vinha sendo, desde o início da chegada dos colonos, uma preocupação constante para Koeler. Em agosto de 1845 ele improvisou no Quartel de Bragança a primeira escola informal para crianças alemãs da Colônia. E pela Deliberação Provincial de 26.X.1846, foram criadas as duas primeiras Escolas Públicas locais - uma para meninos e a outra para meninas - destinadas a ministrar instrução primária às crianças da localidade. Ambas demorariam, ainda, algum tempo para entrar em funcionamento.”²⁶⁴

2.3.3.

Acusações à Koeler, e seu precoce falecimento

Estas inúmeras realizações em um espaço tão curto de tempo foram fruto do espírito empreendedor de Koeler. Isso, porém, não foi suficiente para protegê-lo de rumores e acusações sobre deslizes financeiros em sua gestão à frente da Colônia e da 2ª Seção de Obras da Estrada Normal da Estrela. A Mordomia da Casa Imperial, sob o comando de Velho da Silva, “parecia não concordar muito com suas atitudes dinâmicas e eficientes que sempre levaram seus empreendimentos ao sucesso (...)”²⁶⁵ - o que não teria acontecido caso Paulo Barbosa ainda estivesse à frente da Mordomia. O engenheiro acumulava diversas funções:

“Por outro lado, todos reconheciam que tão ciclópico desenvolvimento era devido unicamente ao extraordinário espírito realizador de Koeler, que acumulando quatro cargos em Petrópolis, esbanjava competência e dedicação, atributos esses indispensáveis para a consecução dos seus grandiosos projetos. Todavia, ele não dispunha de auxiliares, na qualidade e na quantidade, suficientes para cuidar do acompanhamento contábil financeiro dos seus encargos. Koeler jogou tudo nesse seu empreendimento e, até mesmo, ‘os seus próprios cabedais’, como se dizia na época.”²⁶⁶

O engenheiro foi acusado de abusos e faltas, provavelmente pela:

“(...) transferência de verbas oficiais de uma repartição para outra a fim de possibilitar o atendimento de necessidades julgadas mais prementes, sem as devidas autorizações superiores e os cuidados para evitar o descontrole na contabilidade dos órgãos por ele geridos, principalmente naquilo que se referia à Caixa de Socorro.”²⁶⁷

Koeler passou a ser intensamente vigiado e cerceado, não podendo mais assinar “todos os Atos referentes à Colônia de Petrópolis, que foram transferidos

²⁶⁴ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.23.

²⁶⁵ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p. 27.

²⁶⁶ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.26.

²⁶⁷ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.26.

para o vice-presidente em exercício, José da Silva Paranhos²⁶⁸. Em maio de 1847 aprovou-se novo regulamento para a Imperial Colônia de Petrópolis, diminuindo ainda mais sua autonomia. Nenhuma acusação formal foi apresentada contra o engenheiro, mesmo após investigações acuradas, porém, “o dano à reputação de Koeler durante o terceiro trimestre de 1847 foi muito pesado”²⁶⁹.

Uma deliberação assinada pelo Mordomo Velho da Silva, em novembro de 1847, determinou que, por contenção de despesas, se reunisse as funções de direção das duas Seções da Estrada Normal da Estrela em uma única. Foi nomeado para o cargo o Tenente-Coronel Galdino Justiniano da Silva Pimentel, “um posto acima de Koeler na hierarquia militar”²⁷⁰, indiretamente o destituindo da chefia da 2ª Seção. Esta foi a saída diplomática que Velho da Silva encontrou para o afastamento do engenheiro, e, “a partir daí, Koeler continuou exercendo, apenas, a função de Superintendente da Imperial Fazenda e, ao que tudo indica, merecendo ainda o respeito por parte de SMI.”²⁷¹

Isso pode ser aferido pelas atitudes do monarca, já que:

“No dia 23.IX.1847 a Imperial Colônia de Petrópolis engalanou-se para receber a Família Imperial que pretendia gozar uma longa temporada na serra. (...)

Essa temporada seria muito longa e estender-se-ia até 12.III.1848. Durante ela, SMI passaria diversos curtos períodos na Corte para atendimento da Agenda Imperial e, em Petrópolis, ele receberia visitas ou despacharia com inúmeros dignitários e autoridades brasileiros e estrangeiros (...)

Durante os inúmeros passeios, visitas e inspeções, que se estenderam até meados do mês de novembro, SMI foi sempre acompanhado pelo Superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis. E, na tarde do dia 27.IX.1847, D. Pedro e a Imperatriz visitaram a chácara onde Koeler estava residindo com sua família, no Quarteirão Rhenania Inferior, cuja área era superior a 35.000 braças quadradas.

Tendo em vista essa carinhosa atitude para com Koeler, conclui-se que os desagradáveis fatos ocorridos não comprometeram as relações pessoais e funcionais de SMI com o seu preposto na Imperial Fazenda de Petrópolis.”²⁷²

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p. 27.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

²⁷² FRÓES, 2006, (12), Capítulo 13, p.28.

Por fim, a Povoação de Petrópolis assistiria ao trágico e fatal acidente que levou o Major-ICE Júlio Frederico Koeler à morte, ocorrido à 21 de novembro de 1847. Era um domingo que prometia ser festivo. O engenheiro convidara os amigos para um encontro em sua residência. Num jogo de tiro ao alvo, Koeler foi alcançado por um tiro ao se deslocar, inadvertidamente, talvez em direção ao alvo para verificar a pontaria de seu próprio disparo. Fato até hoje de difícil compreensão, já que Koeler, que servira ao exército, conhecia muito bem assuntos relacionados à armas. O engenheiro viveu ainda durante algumas horas. Pressentindo que iria morrer, inocentou o amigo que havia atirado, ditou seu testamento e ainda relatou “o drama na presença das testemunhas Cirne, Pedro José da Câmara, Silvestre J. de Pinho Carvalho, José Gomes de Araújo e Leopoldo Henrique Botelho”²⁷³.

Durante muitos anos ocultou-se o nome de quem havia atirado em Koeler, dando origem a especulações diversas, levantando, inclusive, absurdas hipóteses de atentado ou suicídio. Foi Frei Stanislau Schaette OFM quem esclareceu a questão quase cem anos depois, em 1940, ao encontrar “numa montanha de papéis de velho cartório”²⁷⁴, em Magé, Rio de Janeiro, documentos de processo policial e judicial referentes à este episódio de fundamental importância para a história de Petrópolis. Descobriu-se que havia sido Francisco Alves de Brito o autor do disparo que matou Koeler. “As atas do processo tiveram início em sua própria residência e narram a triste cena da morte desse grande engenheiro e benemérito de Petrópolis. “²⁷⁵ Soube-se que “Francisco Alves de Britto que tinha dado o malogrado tiro foi absolvido em Petrópolis a 27 de novembro de 1847 e na Vila de Estrela no dia 1º de dezembro do mesmo ano”²⁷⁶.

Após esta tragédia, que “apagou a memória sobre as pequenas irregularidades que, fatalmente, seriam exploradas, caso ele (Koeler) não tivesse morrido tão cedo”²⁷⁷, Alexandre Cirne assumiu interinamente, a 24.XI.1847, o cargo de Superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis, em substituição ao engenheiro.

²⁷³ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.29.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.30.

O Plano Koeler prosseguiu nas administrações seguintes sobre as bases inicialmente estabelecidas. Encerra-se, porém:

“... a bela e produtiva fase iniciada em meados dos anos 1830, após a chegada à Serra da Estrella desse extraordinário engenheiro militar e homem público, a qual terminou por ocasião de sua morte, no exato momento em que se consolidava a etapa embrionária de implantação da ‘Povoação-Colônia’, exatamente como seu idealizador havia planejado e executado.”²⁷⁸

O período da construção de Petrópolis após o falecimento de Koeler foi gerido por cinco diferentes administradores à serviço do Império, até sua elevação à categoria de cidade em 1857. Todo este processo será descrito no capítulo 3 a seguir.

²⁷⁸ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.31.